



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



EXEMPLAR ÚNICO

ANO XXIV - N.º 14

QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1969

BRASILIA - D F

SENADO FEDERAL

**ATA DA 15.ª SESSÃO
EM 11 DE NOVEMBRO DE 1969**

**3.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura**

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO
MARINHO E CATTETE PINHEIRO**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Cattete Pinheiro — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Victorino Freire — José Cândido — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Manoel Villaça — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Arnon de Mello — Leandro Maciel — Júlio Leite — José Leite — Aloysio de Carvalho — Antônio Balbino — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Paulo Tôrres — Vasconcelos Tôrres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Mello Braga — Celso Ramos — Antônio Carlos — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

N.º GG-ATL n.º 2, de 7 do corrente, referente a pedido de autorização para financiamento externo que se encontra na Comissão de Finanças.

**DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA
CAMARA DOS DEPUTADOS**

Encaminhando ao Senado emendas aprovadas por aquela Casa ao Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, como seguem:

EMENDAS DA CÂMARA

**ao Projeto de Lei do Senado
n.º 39, de 1964**

(n.º 2.910/65, naquela Casa)

Redação final das emendas da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado Federal que dispõe sobre a profissão de protético dentário (n.º 2.910-C/65, na Câmara dos Deputados, n.º 39/64, no Senado).

N.º 1

Substituir, nos arts. 2.º, 3.º, 5.º, 6.º e 10, a expressão "Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina" por "Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia".

N.º 2

Acrescente-se ao art. 2.º, in fine:

"... e inscritos no Conselho Regional de Odontologia, sob cuja jurisdição se encontre o local onde exerça sua atividade."

N.º 3

Redija-se o item 3 do art. 7.º da seguinte forma:

"Tomar moldes e colocar trabalhos protéticos em clientes, não só em dependências das oficinas de prótese como nos consultórios dentários."

N.º 4

Transforme-se em artigo e parágrafo único, dando-lhe a conveniente numeração, o item 4 e parágrafo único do art. 7.º, substituindo-se ao mesmo tempo a expressão "Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina", onde exista, pela expressão "Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia".

N.º 5

Acrescente-se ao art. 3.º, in fine:

"Para os residentes no Distrito Federal, e aos respectivos Serviços Sanitários, para os residentes nos Estados e Territórios."

N.º 6

Ao art. 3.º acrescentem-se mais dois parágrafos, transformando-se o único em § 1.º:

"§ 2.º — A critério do Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, poderá ser aceito diploma ou certificado de curso prático ou equivalente, expedido por escola oficial ou escolas particulares reconhecidas pelo Departamento Nacional de Saúde.

§ 3.º — Os certificados concedidos de acordo com esta Lei terão valor para todo o território nacional, depois de devidamente registrados no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e anotados nos Serviços Sanitários

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

Número avulso NCr\$ 0,20

O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02

Tiragem: 30.000 exemplares

dos Estados e Territórios onde o profissional fôr exercer a profissão."

(As Comissões de Saúde e de Legislação Social.)

PARECER

PARECER

N.º 45, DE 1969

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 21, de 1969, que suspende a vigência do item XX do art. 167 da Lei n.º 3.214, de 16 de outubro de 1964, do Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Leandro Maciel

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 21, de 1969, que suspende a vigência do item XX do art. 167 da Lei n.º 3.214, de 16 de outubro de 1964, do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1969. — José Feliciano, Presidente — Leandro Maciel, Relator — Nogueira da Gama.

ANEXO AO PARECER

N.º 45, DE 1969

Redação final do Projeto de Resolução n.º 21, de 1969.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição Federal, e eu,, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º , DE 1969

Suspende a vigência do item XX do art. 167 da Lei n.º 3.214, de 16 de outubro de 1964, do Estado de Minas Gerais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspenso, por inconstitucionalidade, nos termos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso de Mandado de Segurança n.º 17.860, do Estado de Minas Gerais, o item XX do art. 167 da Lei Estadual n.º 3.214, de 16 de outubro de 1964.

Art. 2.º — A presente resolução entra em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, Requerimento de transcrição de documentos cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 45, DE 1969

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 212, letra y, do Regimento Interno, requero transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido em 31-10-69, nesta Capital, pelo Ministro Júlio Barata ao se investir no cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1969. — Flávio Brito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sendo evidente que o documento, cuja transcrição se pede, não excede os limites fixados no Regimento Interno, o Requerimento será incluído na Ordem do Dia, inde-

pendente de parecer da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu do Sr. Senador Filinto Müller, Líder da ARENA, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Brasília, em 11 de novembro de 1969
Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Vice-Liderança da Maioria ficará constituída, na atual Sessão Legislativa, pelos Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Petrónio Portella, Eurico Rezende, Manoel Villaça e Antônio Carlos.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Filinto Müller, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Devo dar conhecimento à Casa do seguinte telegrama recebido por esta Presidência:

Senador Gilberto Marinho

Presidente Senado Federal

Brasília, D. F.

De 10 nov 69 — Receba prezado amigo e ilustre homem público as expressões sinceras nosso melhor agradecimento Congresso Nacional homenagem prestada sexta-feira a meu marido que se deu ao País e que como é do conhecimento de V. Exa. reabriria o Legislativo dia 8 set próximo passado pt Esta homenagem ficará indelévelmente marcada sua memória pt Yolanda Costa e Silva.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, hoje, é transcendental à Nação — a Agricultura.

Temos lutado dezenas de anos para melhoria do padrão agrícola em nos-

so País e maior rentabilidade para os agricultores. De forma que os dados que trago são certos e poderão ser comprovados, conforme exponho neste discurso.

(Lendo.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, entre os principais problemas brasileiros, que mais estão a exigir uma rápida e enérgica ação do Governo, reponta o da agricultura, tão sofrida e heróica. Sobre a produção agrícola crescem e se interligam múltiplas atividades humanas, desde o preparo do solo para a plantação, até a alimentação servida na mesa. Essa máquina imensa e complexa, todavia, sofre hoje de males que criam para o lavrador condições subalternas de vida, impeditivas de um reingresso positivo na faixa das conquistas da nossa civilização. O mal parece ser sintomático dos países colocados na faixa mais pobre, apresentando os resultados de uma fome que traça quadros ameaçadores para o futuro. Enquanto de um lado brilham as conquistas dos países ricos, do outro, o panorama da miséria traz profundas inquietações.

Nos dias que correm, encarando do ponto de vista geológico, encontramos a Terra dividida em 5 continentes, porém política, econômica e socialmente em 3 grandes grupos, que são o capitalista, o socialista e o chamado "terceiro mundo", este último ocupando pouco mais da metade da superfície habitável, o dobro da dos primeiros, com 47% da população, pouco mais de 2,5 vezes da daqueles e com crescimento mais acelerado, prevenindo-se que no final do século contará com dois terços da população mundial. Esse crescimento espantoso, a par de uma produção claudicante, é que está a merecer urgentes providências. Analisando o quadro latino-americano, trazemos o testemunho do senhor Juan Felipe Yriart, representante da FAO para a América Latina que, segundo a revista Coopercotia de julho último, chegou às seguintes conclusões:

"que o ritmo de expansão da produção agrícola, de 1954 para cá, apenas superou ligeiramente o aumento da população,

"que o volume das exportações de produtos agropecuários aumen-

tou num ritmo anual de 2,6%, enquanto que a elevação do seu valor foi de somente 1,6% ao ano. Em compensação, as importações agropecuárias vêm crescendo aceleradamente, na base de 3,7% ao ano,

"que alta percentagem da população rural vive dramático problema de renda. Dois terços dela — cerca de 70 milhões de pessoas — percebem renda de 60 a 90 dólares por ano; nas atuais condições as possibilidades de melhoria são remotas e bastante pessimistas, "que, enquanto o tamanho médio da exploração agrícola de subsistência é da ordem de 2,7 ha, a média, por unidade, de 440 mil latifundiários, ultrapassa 540 ha,

"que há estruturas agrárias injustas e antiquadas que não se adaptam à dinâmica do progresso."

Ai está, senhores, a situação da agricultura na América Latina, segundo as palavras de um entendido no assunto e autoridade bastante para as dizer. É realmente um quadro bastante deprimente. Basta ver que enquanto as exportações globais no mundo aumentaram de 1958 para 1968 de 108 para 240 bilhões de dólares, o conjunto latino-americano participou apenas com 5,6%, ou sejam, 13.720 milhões de dólares.

Daí a urgência em produzir mais, a necessidade de se evitar o agravamento dos problemas. Segundo o senhor Oswaldo Ballarin, em artigo publicado na revista do Rotary Club de São Paulo, de 24 de outubro último, êle afirma ter lido nas Igrejas alemãs cartazes alertando que "se não houver desenvolvimento no terceiro mundo, haverá uma terceira guerra; e não pode haver desenvolvimento se há fome" e "neste terceiro mundo vivem 80% da população mundial". Afirma que a produção vem aumentando muito nos países industrializados — que menos precisam — e diminuindo nos nossos — que mais necessitam — prevenindo que no ritmo atual haverá no mundo em 1985 um deficit de cerca de 3,6 milhões de toneladas de proteínas animais, agravado ainda pela falta de aplicação de técnica adequada, beneficiamento impróprio, abandono de colheitas, ataque de insetos e ração-

res durante a armazenagem, etc., mostrando o ocorrido em São Paulo que, segundo o I.B.G.E., só colheu 83% da sua produção de laranjas em 1966, ficando inaproveitadas 200 mil toneladas. A carência de proteínas, por sua vez, tem como resultado a atrofia do cérebro e a debilitação orgânica. Daí a atenção dispensada ao problema pelos países mais adiantados, como agora mesmo o Japão que já está atingindo um consumo diário per capita de 78 gramas.

A população brasileira, por seu turno, crescendo em torno de quase 3% ao ano, está nos dias presentes em 93 milhões de almas, estimando-se que atinja a 225 milhões no ano 2.000. Teremos que estar tecnicamente preparados para alimentar uma população desse tamanho, o que exige ações urgentes do Governo.

Por outro lado, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas, de 1960 a 1975, mantendo-se a proporção atual, a produção deve crescer cerca de 75% e a demanda 81%.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Este talvez seja um dos assuntos que mais preocupam os nossos técnicos na ciência da alimentação. Todos os inquéritos feitos no Brasil revelam um déficit protéico que chega quase ao exagêro. O brasileiro é mais do hidrocarbonato. É o homem que enche a barriga, vamos dizer assim. É o que verificam todos aqueles que estudaram o problema. O Dr. Helion Póvoa, que foi o maior cientista em alimentação que o Brasil conheceu até hoje, Dante Costa e outros têm pesquisado o problema — e V. Exa. já está familiarizado com eles, com todos os homens que estudam o problema no Brasil, com as fotografias mais horrendas das crianças brasileiras, com os ventres exageradamente inchados. Alguém até, de mau gosto, comparou-os a bolas de borracha prestes a se reventar. É a alimentação às vezes com excesso de calorias. V. Exa. sabe que tudo isso é por falta de uma espécie de balanceamento. Se V. Exa. me permitiu lembrar, é de 3.000 a média humana de necessida-

de de caloria. O brasileiro, às vezes, atinge até mais. Mas não tem uma alimentação qualitativa, tem a quantitativa. Então, o excesso de hidrocarbonatos, não compensados pelas proteínas e vitaminas, faz com que o brasileiro seja um subalimentado. Quando V. Exa. trata desse problema do teor protéico na alimentação do brasileiro, permita-me, com todo respeito, que o aparteie. V. Exa. continua sempre aquela figura voltada para o exame dos altos interesses da nacionalidade, como é o problema da alimentação. V. Exa. é daquele tipo de Senador que trata dos problemas do povo no sentido das suas relações com a economia e com a sociologia. Outros fazem política, cada um tem seu setor. Mas V. Exa., com a fabulosa assessoria que tem, diz o que quer, analisa as estatísticas, decompõe esses números e produz esses maravilhosos discursos que o Senado está habituado a ouvir. Na matéria protéica, me permita, não vou alongar o aparte, quero apenas mostrar que V. Exa. está sendo ouvido com respeito por um Senador que procura estudar, procura ler e saber o que está se passando nesse terreno muito importante para o povo brasileiro, que é o da nutrição, o problema da proteína animal, o que me leva à pesca. V. Exa. sabe que é justamente na pesca que poderíamos obter os melhores recursos para a chamada proteinização alimentar do povo brasileiro. Queria lembrar, neste instante, a figura do ilustre Oficial de Marinha Almirante Paulo Moreira, que fez pesquisas e decompôs a proteína do pescado, aproveitando-a em biscoitos. Hoje há um Departamento de Ciência na Marinha, chefiado justamente pelo Almirante Paulo Moreira. Há essa ausência, o não aproveitamento do peixe. Sabe V. Exa. que o peixe só é consumido praticamente durante a Semana Santa e, às vezes, nas sextas-feiras, em lugares onde a religiosidade predomina. Assim, com o incremento da atividade pesqueira no Brasil — desculpe-me quando o aparteio, nobre Senador José Ermírio — com o incremento da atividade pesqueira solucionaríamos o problema da proteinização alimentar do povo. Sempre procuro usar a linguagem do povo — e permita-me dizê-lo, não é expressão anti-regi-

mental, não é gíria também, mas é real, e nisto vai um elogio — V. Exa. "continua o mesmo", constantemente tratando de problemas sérios. Enquanto os Senadores focalizam assunto diversos, realiza V. Exa. o que o parlamentar moderno deve fazer, principalmente no atual estado de coisas — volta-se para os problemas nacionais. E quando se disser lá fora que os Congressistas não cuidam das questões brasileiras, basta que se veja, que se analise, que se pesquise, que se perquiria, que se escarafunche, que se faça o levantamento dos discursos de V. Exa., para ver que os problemas nacionais também são discutidos no Senado, como no caso da magnífica oração que o eminente Colega produz, no dia de hoje.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer!

O Sr. Fernando Corrêa — Como médico, gostaria de fazer um reparo nas declarações do nobre Senador Vasconcelos Tôrres. Citou muito S. Exa. a proteína dos peixes, mas, segundo estudos de Oswaldo Cruz Filho, no Instituto de Manguinhos, filho do grande brasileiro, senão um dos maiores, Oswaldo Cruz, não basta a proteína dos peixes. A grande sorte do homem do interior brasileiro é que ele se alimenta de carne animal, que contém o ferro que se transformará em hemoglobina, livrando-o da anemia provocada pela verminose espalhada, cem por cento, no interior brasileiro.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Um contra-aparte, apenas, que o nobre orador me permitirá e que me deixará muito honrado. V. Exa., nobre Senador Fernando Corrêa, falou em proteína.

O Sr. Fernando Corrêa — O peixe não tem proteína, na mesma proporção da carne bovina.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Eu não o discuto, mesmo porque V. Exa. é médico e fez questão de falar nesta qualidade. Eu, particularmente, o considero um grande médico...

O Sr. Fernando Corrêa — Muito obrigado a V. Exa., mas não é exato.

O Sr. Vasconcelos Tôres — V. Exa. o sabe e é verdade. Tenho-o como o grande clínico do Senado. Realmente, a carne contém muita proteína. Mas, segundo o Senador José Ermírio — que, como eu, também não é médico — e segundo observação minha, modesto estudante de Sociologia, abuse-se do uso da carne no Brasil. O brasileiro não é um homem que coloque, no seu cardápio, a erva, a verdura. Ele tem de comer carne quase todos os dias. Se falei da proteína de origem oceânica, descoberta através das pesquisas feitas no fundo do mar, foi para salientar o trabalho do Almirante Paulo Moreira, que a isolou e está fazendo com que o brasileiro venha a suprir o seu deficit alimentar com este nôvo alimento, a fim de que seja um forte. Agora, não ao médico, mas ao meu colega Fernando Corrêa, fazendeiro, quero lembrar, por exemplo, a proteína de origem vegetal, a soja...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem.

O Sr. Vasconcelos Tôres — ... que seria no Brasil, fonte de riqueza. V. Exa. sabe, há deficit de soja no Japão. E, às vezes, encontramos dificuldades para importá-la. Da soja se faz o óleo, a manteiga, o leite; faz-se, da soja, verdadeiros milagres. V. Exa. vai-me perdoar por estar assim interferindo no seu discurso, sem pedir licença. Mas trata-se de assunto que já me preocupou várias vezes. Com recursos oriundos do mar podemos tirar a proteína de que o eminente colega Senador Fernando Corrêa falou. Não quero interromper mais o discurso de V. Exa., por isso aproveito a oportunidade para dizer ainda que o atual Ministro da Agricultura vai demonstrar interesse pela proteína de origem vegetal. Todos nós sabemos que o brasileiro é inclinado a se alimentar com farinha. Eu, que tenho o chamado "vício alimentar", como até caviar com farinha.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte do Senador Vasconcelos Tôres. S. Exa. falou no Almirante Paulo Moreira, ilustre militar por quem, no meu tempo de Ministro da Agricultura, lutei, durante um mês, a fim de o colocar na SUDEPE. Convenci, então, o Governo a aceitá-lo, visto ser um dos maiores técnicos do Brasil. Criou um laboratório no vapor Sal-

danha da Gama, correu o mundo inteiro e, hoje, é ilustre conhecedor de todos os pontos do fundo do mar.

Com relação ao que declarou o nobre Senador Fernando Corrêa, tem toda razão. Quando se trata de alimentação, como bem salientou V. Exa., é preciso ferro para enrubecer o sangue. É natural, pois, que se coma carne. Mas, conforme falei adiante, há também a soja, cujo terceiro produtor mundial, atualmente, é o Brasil. Os Estados Unidos produzem 26 milhões de toneladas; a China, 16, e, a seguir, vem o Brasil.

O Sr. Fernando Corrêa — Na minha pequena fazenda de Mato Grosso, produzimos bastante soja. Vendemos soja até para São Paulo!

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Retomando a leitura.) — Para uma nação tão generosamente dotada para a atividade agrícola é de fato lamentável que isto suceda, principalmente por falta do emprêgo de técnica, conhecimento e recursos necessários. Há necessidade de luta, de muito trabalho e persistência, pois sabemos que sempre que uma nação deseja progredir, surgem obstáculos e concorrentes.

Por outra parte, os dados da CEPAL, impressionam quanto à desigualdade na repartição da renda entre ricos e pobres, quando informam que já, em 1960, 80% da população brasileira ganhavam menos do que a renda **per capita** do País. Essa parece ser uma característica dos países atrasados, pois, nos adiantados, a disparidade é substancialmente menor, como nos EE. UU., no Reino Unido, donde os 80% mais pobres recebiam 54,5% e 60%, respectivamente, da renda total. O México, que na época estava incluído na faixa do atraso, já conta hoje com maior número de pessoas com rendimento superior a 1.000 dólares anuais do que nós, apesar de sua população ser aproximadamente a metade da nossa. Dos empréstimos do BID, que somaram no último trimestre de 1968 a 213.774 mil dólares, foram 38 milhões para irrigação no México, aumentando a área irrigada em 75 mil hectares, — e posso informar a V. Exas. que o México já ultrapassou a casa dos 3 mil hectares irrigados — nada tendo nos emprestado para a produção agrícola e apenas 11 milhões de dólares à Vale do Rio Doce, para

aumentar a exportação de minério de ferro. A maior percentagem de empréstimos desse Banco, no período 1961/1968, destinou-se à agricultura, num total de 632,7 milhões de dólares, correspondente a 22,6% do total, o que evidencia a preocupação dos demais países da comunidade latino-americana em contrair empréstimos preferentemente para a parte agrícola, à exceção do Brasil, que tem insistido em tomá-los geralmente para empreendimentos pouco ou não rentáveis. Enquanto registramos aqui um aumento no custo de vida de 22,4% no ano passado, o México, talvez em virtude desta orientação, assinalou apenas 1% e já há 15 anos mantém sua moeda estável, na base de 12,5 pesos por dólar, o que levou o Fundo Monetário Internacional a considerá-lo por várias vezes como uma das mais sólidas do mundo. O seu produto nacional bruto é da ordem de 25 bilhões de dólares e uma renda **per capita** anual de 480 dólares e o Brasil apenas 29 bilhões e 339 dólares respectivamente, considerando-se que somos quase o dôbro de pessoas.

Como fator do desenvolvimento mexicano reponta ainda a existência de uma equipe de técnicos atualizados — isto é da mais alta importância, Srs. Senadores —, possuindo em seus departamentos grande número deles com o grau de "Ph.D" e "Master Science", que são os mais altos padrões de estudos nas suas especialidades, quando, aqui no Brasil, apenas constatei um "Ph.D", no Ministério da Agricultura, quando exerci aquela Pasta. Os técnicos mexicanos são formados lá mesmo ou nos Estados Unidos, o mesmo se passando atualmente na Índia onde grande parte deles é formada na Inglaterra ou na própria Índia. A técnica é indispensável e, por isso mesmo, é imprescindível levar urgentemente a universidade aos nossos campos. Só a eficiência da técnica e dos conhecimentos adiantados é que pode levantar a agricultura, êsse ramo tão difícil por lidar com fatores independentes da vontade humana, pois trabalha-se com o tempo. Só ela, a técnica, pode evitar prejuízos imensos e salvar as colheitas das doenças e pragas que em grande parte as dizimam. Um trabalho da "Bayer", por exemplo, mostra que os insetos, ervas

daninhas e doenças, reduziram uma produção mundial de milho de cerca de 329,5 milhões de toneladas para 218,6. E o mesmo se dando com o algodão, que de uma colheita mundial possível de 16,75 milhões de toneladas, resta uma real de 11. Por outro lado, por falta de conservação, os Estados Unidos perdem anualmente 0,1% de sua produção de frutas e na Europa Ocidental calcula-se que perde também, cada ano, 120 milhões de toneladas de batatas, das quais 15 milhões na França. O mesmo acontecendo com os legumes, carne e peixes, o que, no entanto, poderia ser grandemente evitado pelo emprego da energia nuclear. Como se vê, os estragos e prejuízos se verificam mesmo em nações tecnicamente bem aparelhadas, quanto mais nas nações despreparadas. O Brasil, como nação ainda nova, tendo se inclinado ao estudo do problema somente há poucos anos, necessita ativar, através de bolsas-de-estudo no Exterior, aquisição de conhecimentos especializados e pesquisar profundamente em todos os setores de sua produção agropecuária, objetivando atender uma população que cresce de forma espantosa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo. — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. há de se lembrar de que, em várias oportunidades em que V. Exa. falava sobre o problema agropecuário neste País, tive ensejo de interromper as suas brilhantes exposições reclamando, vamos dizer, do Governo que colocasse assessôres capazes e de sua inteira confiança, nesta Casa, para acompanhar os nossos trabalhos. Era uma solicitação que eu fazia para o bem dos interesses da economia brasileira. Espero que o atual Presidente mande para esta Casa, para acompanhar os nossos trabalhos, uma assessoria desse tipo, dessa qualidade, de confiança pessoal de S. Exa., de homens capazes de coordenar, de examinar, de selecionar os trabalhos que aqui vamos produzindo. V. Exa. não está pronunciando um discurso simplesmente para o Senado ou para a Nação, é um discurso de cooperação segura, séria, com as autoridades

governamentais. V. Exa. é um dos membros da Oposição, nesta Casa, e, ainda agora, vejo aqui, com os olhos voltados para V. Exa., o eminente Senador Flávio Brito, Presidente da Confederação Rural do Brasil. S. Exa. está ouvindo, é um homem de alta inteligência, de compreensão objetiva dos problemas políticos e agropecuários do País. S. Exa. está observando curiosamente, para apreender o seu pensamento e suas alegações. V. Exa. está produzindo um discurso a respeito de onde mais se deveria centralizar o programa revolucionário: na área do Ministério da Agricultura. Não direi que seja um Ministério inútil, porque alguma coisa se faz e seria injustiça dizer que nada se tem feito. Mas, por falta de verba ou por falta de paixão para um trabalho dessa altitude, o Ministério da Agricultura é quase inexistente face à relevância dos problemas econômicos nacionais. V. Exa. há de compreender, e compreende mais que eu, que estamos na fase de promover, nesse setor, uma revolução que não pare, que avance a cada instante, no sentido de desenvolver a economia do Brasil. Hoje, como sabe V. Exa., a ciência das finanças tem, incontestavelmente, uma concepção nova: não é só uma ciência social e política; ela é chamada para resolver todos os problemas da administração. O mundo moderno pôs um pouco à margem o problema do equilíbrio orçamentário, para se voltar para o equilíbrio econômico. É empregar todas as forças da Nação, no sentido de desenvolver a economia em todos os seus setores: na agricultura e na pecuária, ou na agricultura no sentido genérico. Pediria, então, como modesto provinciano, que o Governo ouvisse os discursos que V. Exa. pronuncia nesta Casa, que, repito, são de cooperação, de ajuda, de lembrança ao Governo, para que êle rompa essa prisão, essa linha de ferro que prende o Ministério da Agricultura, e o coloque em ação em todo o País. Permitam V. Exa. e o Senado que eu relate, aqui, o que conseguimos fazer na Paraíba, Estado pequeno, pobre, sem recursos, com orçamento, ao tempo de nossa administração, de dezoito mil contos anuais. Tal foi o desempenho da equipe por nós comandada que, dentro de pouco tempo, o Estado da Paraíba, até então monocultor, trans-

formou-se em policultor. Seu principal produto era o algodão. Mediante a coordenação de atividades dos órgãos federais, municipais e estaduais elevamos a produção de 18 milhões de quilos de algodão para 45 milhões. Com essa mesma equipe, constituída de vários técnicos, principalmente de paulistas, realizamos a obra pioneira de produção de agave. Verificamos assim que, mediante um trabalho coordenado e sistematizado organicamente, conseguimos implantar a policultura num Estado pequeno e sem recursos. Dessa forma, se se aplicar esse plano de desenvolvimento da agricultura no âmbito nacional, sem preocupações com despesas — porque fomento é despesa, fomento é estímulo, fomento é ajuda — e se o Governo Federal coordenar todos os órgãos federais, estaduais e municipais, e também se fornecer substanciais recursos ao Ministro da Agricultura — cujas qualidades não posso salientar, porque na verdade não o conheço, mas, sei que é homem móço, um homem que vem de um Estado agrícola — sairemos deste atraso, desta pobreza, vamos dizer. Então, a economia nacional tomará vulto muito maior, o vulto das trocas, da compra, da venda, da exportação, da importação. Tudo isso tomará o equilíbrio que será a grandeza econômica, a grandeza material deste País. V. Exa. me perdoe a extensão do aparte, mas tenho entusiasmo, paixão, quando ouço falar da economia brasileira, porque não há país no mundo que se possa considerar rico sem o apoio na economia agropecuária. Perdoe-me, portanto, a extensão do aparte que acabo de dar.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço ao eminente Senador Argemiro de Figueiredo as valiosas palavras, que enriquecerão o meu discurso.

V. Exa. citou duas coisas importantes: uma delas é tirar uma região da monocultura, porque geralmente uma região liderada pela monocultura não tem futuro. E a outra é o elogio que fez ao Senador Flávio de Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura do Brasil; homem de ga-

barito, que lutou e que está no lugar certo.

(Retomando a leitura.)

Para que se tenha uma idéia do consumo de fertilizantes na agricultura de alguns países, durante o período 67/68, vejamos os fosfatados — expresso em toneladas de P205 — que, conforme o Anuário Estatístico da ONU, de 1968, é o seguinte:

Estados Unidos	3.950.000
União Soviética	1.697.000
França	1.507.000
Austrália	871.000
Alemanha Ocidental .	787.900
Japão	621.000
Índia	438.000
Tcheco-Eslováquia ...	270.000
BRASIL	165.900

E os nitrogenados — expresso em toneladas de azoto:

Estados Unidos	5.976.800
União Soviética	3.089.000
França	1.140.000
Índia	1.135.700
Alemanha Ocidental .	949.800
Canadá	335.000
Tcheco-Eslováquia ...	320.000
BRASIL	104.000

AGRICULTURA NO BRASIL

Segundo estimativa do IBGE, a área cultivada brasileira para este ano é de 44.224 mil hectares, necessitando de 115.000 tratores em operação. A área regada, segundo o Boletim do BID, de abril de 1967, era de apenas 141 mil hectares, muito insignificante perante os 180 milhões de hectares de terras aráveis que possuímos, sendo o segundo país do mundo em terras agricultáveis.

(Interrompendo a leitura.)

Vejam V. Exas.: um país da extensão imensa do nosso, com apenas 141.000 hectares de área regada, quando o México tem mais de 1.500.000 hectares, e já está subindo, e o próprio Paquistão — país subdesenvolvido — já está com área imensa regada. Até a Espanha está com mais de 3.000.000 de hectares regados.

(Lendo.)

O nosso trabalhador rural, por sua vez, vive em penúria, sem meios, sem assistência técnica, sem assistência médica, sem saneamento, sem uma casa condigna para morar, pois até

lá ainda não chegaram os benefícios do Banco Nacional da Habitação, que se restringe, principalmente, a construir nos centros urbanos. Por outra parte, grande número de lavradores cultiva terra alheia, sob formas de arrendamento e parceria, pagando-se aos empresários rurais até mais de 100% do valor desta, como acontece na lavoura orizícola. Isto preocupa não só as nossas autoridades como as do mundo inteiro, já que nada menos de 600 milhões de pessoas em toda a Terra vivem e trabalham em propriedades agrícolas de outrem.

Ademais, o lavrador brasileiro luta com um antigo problema que é o de cada vez pagar mais e receber menos, conforme bem demonstra a Fôlha de São Paulo, de 8 de março último, ao comparar o período de janeiro de 1967 a igual mês de 1969. Tomando-se o índice 100 na primeira data para o recebido e pago, neste janeiro os números são: 125,0 e 144,6 respectivamente.

Para que se tenha idéia da situação, tomemos como exemplo a agricultura paulista — a maior do País — cujo índice de renda bruta era 97, em 1960, baixou para 92, em 1968. E, por outro lado, tomando-se como 100 o índice comum para recebido e pago pela agricultura paulista no período 1948/52, temos, em 1968, 10.532 para o recebido — em 24 produtos principais — enquanto o pago é de 14.801. Paga, assim, o lavrador nível mais alto na compra dos seus artigos necessários do que para venda dos seus produtos, ficando, portanto, cada vez mais pobre. O preço do adubo, por sua vez, tem sido desfavorável para êle, pois, segundo dados da Secretaria de Agricultura de São Paulo, enquanto este subiu 4.669% no período 1959/1968, o preço médio dos seus 20 produtos principais de origem vegetal — inclusive o café — elevou-se apenas 2.600%. E, cada vez são necessários mais fertilizantes, em sua maioria de matéria-prima importada. O consumo aparente de fertilizantes no Brasil, segundo fontes oficiais, em termos de nutrientes — NPK — passou de 221.352 ton. em 1959 para ... 542.806 em 1968, e a importação brasileira passou de 124.436 ton. para .. 375.396, no mesmo período. O nosso lavrador, porém, precisa estar instruído que fertilizar apenas não basta. É

preciso corrigir-se o PH do solo, que deve ser cêrca de 6. Ainda com relação aos fertilizantes, os juros que sobre eles podem ser cobrados, devem ser no máximo 12%, e ainda mandando-se fiscalizar rigorosamente o seu conteúdo e, onde possível, proceder-se à análise folhear da planta, a fim de definir os elementos faltantes em determinados ramos da produção agrícola. Para isso, é imperioso ampliar-se os laboratórios existentes para que possam analisar a preço de custo, propiciando ao lavrador aplicar a tempo as técnicas modernas de cultura.

PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Nos dias presentes, conforme o Almanaque de Seleções de 1969, e "Information Please 1969" temos a seguinte posição no mundo em alguns produtos agrícolas:

Produto	Classificação	Ton. (1000)
Café	1.º	1.365,6
Cacau	3.º	170,4
Açúcar	3.º	3.852
Milho	3.º	11.371
Soja	3.º	595
Algodão	5.º	622
Fumo	5.º	228
Amendoim	5.º	895
Arroz	8.º	5.802

E, quanto à produção animal:

		1000 cabeças
Equinos	1.º	9.461
Muarens	1.º	4.914
Suínos	2.º	63.020
Asiñinos	3.º	2.855
Bovinos	4.º	90.629

Falaremos em primeiro lugar do trigo, segundo produto na pauta de importações do País, atingindo a quase 200 milhões de dólares por ano. Uma soma dessa ordem não pode de forma alguma ser despendida pelo fato de ter havido excesso de produção nos países que nos exportam, mas, sim, aumentada a nossa até atingirmos a auto-suficiência. Um país pobre não se pode dar ao luxo de importar aquilo que pode produzir. Para êsse fato chamo a atenção do Governo, em especial do Senhor Ministro da Agricultura, para que não se deixem iludir. Não podemos nos esquecer que, logo após a Segunda Grande Guerra, os nossos habituais

fornecedores nos deixaram sem esse produto, por venderem-no principalmente, na Europa a preços mais elevados, o que nos obrigou a fazer misturas de toda sorte, exageradas até, para alimentar uma população que na época era bem menor do que a atual.

É digno de nota, por outro lado, a informação do boletim do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, de 10/8/69, quando afirma que as grandes colheitas da Argentina, Austrália, Canadá e Estados Unidos chegarão a 93,3 milhões de toneladas, correspondendo a 7,3% mais do que a de 67/68. Receia-se, porém, que em razão da produção e auto-suficiência interna de vários países — como o Paquistão, Índia e União Soviética — o intercâmbio mundial dificilmente atingirá a 40 milhões de toneladas, contra 60 milhões do ano passado. Na Índia e no Paquistão cultivam-se variedades para melhoria das suas produções, de forma que reduziram a área plantada em cerca de 70%, sendo que esse trabalho foi feito em áreas de fácil irrigação, a fim de cobrir os riscos dos fazendeiros para pagar o trabalho, fertilizantes e pesticidas, deixando enormes áreas livres para outras plantações. A Índia — o país da fome como é chamado — já tem hoje um estoque de retenção de cerca de 4 milhões de toneladas e prevê-se que em 1971 não o importará mais.

A produção de trigo da safra brasileira do ano passado foi de 861.772 ton. e, a atual, é esperada acima de 900 mil, o que está longe de representar o suficiente, já que nosso consumo anual é estimado em 3 milhões de toneladas. Temos áreas em abundância, basta-nos cultivá-las devidamente e sem fazer da genética um bichode-sete-cabeças. Como exemplo, podemos citar as conclusões de um agrônomo americano, hoje lecionando na Stanford University, da Califórnia de que "a oeste de Ponta Grossa até o Iguaçu, o Estado do Paraná possui regiões tritícolas suficientes para alimentar o Brasil e para exportar". Isto, senhores Senadores, sem mencionarmos o Rio G. do Sul e áreas menores em S. Catarina, S. Paulo, Minas, Goiás e M. Grosso. Não é somente o Brasil que enfrenta o desafio do tri-

go. Outros países já o venceram, criando lucros imensos. Sem falarmos nos outros que tem nele grande fator de economia há mais tempo, como os Estados Unidos, Canadá, Itália e mais recentemente a União Soviética. O caso do Paquistão Ocidental é digno de novo registro, por se encontrar em latitudes semelhantes às nossas. País asiático e pobre, tendo adquirido sementes de trigo anão mexicano, depois de apenas três anos atingiu sua auto-suficiência ao produzir 6 milhões de toneladas e eliminando um problema que há 20 anos o afligia. *O mesmo está acontecendo com a Índia.*

De acordo com o boletim "Moageiro", do segundo quadrimestre deste ano, o Rio Grande do Sul está procurando desenvolver um bom número de variedades. Entre elas, a de maior rendimento é a B-15 que, em 1968, deu 1.352 kg/ha, seguindo-se a S-333, com 1.231, a C-25 com 1.167 e outras abaixo da faixa de mil. Apesar de expressivos — já que o rendimento médio da última safra foi de apenas 721 kg/ha — estes números quase nada representam diante de rendimentos de 3 a 6 mil kg/ha obtidos de forma comum na Itália, Dinamarca e até na Jugoslávia. Somou a 1,5 milhões de sacas a plantação tritícola rio-grandense deste ano, proveniente de 16 variedades, sendo que entre as nove principais a Iassul ocupa 40,7%, a Cotiporã 21,1% e outras. Naquele Estado, é possível uma maravilhosa rotação de cultura, durante o ano inteiro, entre o trigo e a soja, como também no Paraná e algumas áreas de Santa Catarina.

Com relação à cana-de-açúcar dá-se o mesmo fenômeno do que nas outras culturas. Assim é que, enquanto o rendimento de cana por hectare na Guiana Inglesa é de 93,33 toneladas, no Hawai de 86,43, no Peru de 80,32, na Colômbia de 64,86, em Porto Rico de 61,78, no Brasil é de apenas 43,44.

No que toca ao algodão, a produção mundial da safra de 1968/69 foi de 52,6 milhões de fardos, 10% maior do que a anterior. Os Estados Unidos produziram 10,9 milhões e o Brasil — com 3,4 milhões — deve procurar intensificar esta cultura de forma a tornar-se o maior exportador mundial na safra 1969/70, pois sobejam condições para isso, o que sem dúvida apresentará grande vitória. Apesar da

concorrência dos sintéticos, o algodão, como também a sêda natural, têm o seu consumo em contínua elevação. Com relação à sericicultura, há condições de se obter até 8 colheitas anuais, enquanto na Europa não atinge a 3, e, segundo recentes estudos no Japão, já foi conseguido um alimento sintético para o bicho-da-sêda, destruindo a crença de que as folhas de amora são indispensáveis.

A industrialização dos nossos principais produtos agrícolas, não só os de primeira necessidade, é a grande solução, cujo consumo apresenta taxas elevadíssimas de crescimento. Com relação ao café solúvel, a revista "Dirigente Industrial", de junho último, informa que em 1966, o consumo deste produto nos Estados Unidos representou 23% do total, tendo sido de 9% a taxa de crescimento anual na última década, enquanto se reduz o do produto torrado. Este fenômeno também está se registrando na Europa. Defendendo o direito sagrado de industrializar internamente os seus produtos, livre de pressões, o Brasil deve ser irredutível e não aumentar mais a taxa atual de 0,13.98 dólares por libra — gravame exigido pelos Estados Unidos — que, no entanto, o considera um "compromisso instável", conforme artigo do "The Economist", de 14-5-69, exigindo uma sobrecarga para 0,30 dólares.

Por outro lado, merece o nosso aplauso a decisão do Governo de São Paulo determinando iniciar e financiando pelo Banco do Estado todas as novas plantações de café nas zonas ecológicamente favoráveis. O café, é bom que se diga, tem grande valor por ser um estimulante barato e que seis horas depois de tomado não deixa resíduo algum no organismo humano.

Com relação ao milho, conseguimos record de exportação em 1968, com mais de 1 milhão de toneladas e arrecadando em torno de 45 milhões de dólares, prevendo-se boas perspectivas para 1969, dada a estabilidade do mercado. A safra brasileira de 1968 foi de 12,5 milhões de toneladas, tendo sido a dos Estados Unidos de 119 milhões que, no entanto, deverá este ano baixar em cerca de 8 milhões, o que alenta a produção brasileira, na dependência da colocação das colheitas do hemisfério Norte.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Convém darmos realce aos cumprimentos de V. Exa. ao Governo de São Paulo pela iniciativa que tomou de financiar, em determinadas regiões do Estado, o plantio e o replantio de café. V. Exa. é um homem da Oposição. É um emedebista.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muita honra.

O Sr. Lino de Mattos — Com muita honra para nós também, do MDB. E V. Exa. não esconde os aplausos, quando o Governo os merece. Quero aos aplausos de V. Exa., como representante de São Paulo e também da Oposição, com muita honra, do MDB, juntar os meus. Realmente, foi uma iniciativa auspiciosa, porque o café, que foi a base da riqueza paulista, está desaparecendo, ou melhor, já desapareceu como fator de importância na economia do Estado de São Paulo. Mas, com esta iniciativa, é possível que se restabeleça, em parte, aquele velho poderio nosso. Nas mesmas condições, cumprimento V. Exa. quando se refere à necessidade de industrializar-se o café, produzindo o café solúvel. O ideal realmente seria a instalação de fábrica de café solúvel na própria região produtora de café.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem.

O Sr. Lino de Mattos — Isto é que seria o ideal, quer dizer, levar o lavrador a participar, no campo industrial, da atividade industrial, que é a lavoura.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acordo.

O Sr. Lino de Mattos — Aliás eu, sem vaidade, quero registrar também que tomei a iniciativa, na Sessão Legislativa anterior, de apresentar projeto de lei obrigando a participação do lavrador na indústria do café solúvel para que seja ele chamado, concitado, entusiasmado a ser, ao lado de lavrador, um industrial. Assim, reitero os meus aplausos a V. Exa. nesse particular, e acrescento aos aplausos de V. Exa. os nossos, pelas

iniciativas do Governo de São Paulo, numa demonstração de que não fazemos oposição sistemática, não somos contra quando o Governo acerta.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Só quando é necessário.

(Lendo.)

O cacau, por sua vez, está a merecer a nossa melhor atenção. Nada menos de 95% da produção nacional é exportada, ficando a nossa indústria de chocolates com apenas 5%, obrigando-se desta forma a pagar o preço internacional. Daí, em virtude do custo de transporte e outros encargos, os consumidores das Regiões Centro e Sul pagam aproximadamente 10% acima do que os norte-americanos e em torno de 6% mais do que em outros países latino-americanos. O cacau brasileiro está sendo vendido a 41 centavos de dólar por libra-pêso, quando já esteve em 1965 a 8 centavos de dólar. Esta, a razão, da discordância brasileira frente a aliança dos países produtores que tentou fixar o preço em 25 centavos. O cacau geralmente leva 7 anos para produzir. Na Bahia, existem cerca de 350 mil hectares de terras propícias a esta cultura, além de outra de 50 mil na qual se pode aconselhar o plantio. Os cacaueiros são de 60, 70 e mais anos, afirmando alguns que os há até de 100 anos, produzindo muito pouco, porém. Entendemos que se houvesse uma racionalização progressiva da cultura é bem provável que nos próximos 10 anos a Bahia poderia duplicar, ou mesmo triplicar, sua produção, pois o déficit mundial no momento é de mais de 100 mil toneladas anuais. Depois de Gana e Nigéria, o nosso País é o maior produtor e conta com um organismo especializado que é a CEPLAC — Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira. Por outro lado, uma boa parte da grande carga tributária sobre o faturamento desta lavoura — que é de 43% — bem poderia ser investida em melhoramento da cultura e de novas variedades a serem plantadas. Esses 43% estão assim divididos: 18% de ICM, 3% de lucro empresarial, 15% da CEPLAC, 0,25% do corretor, 1% do Instituto do Cacau, 1% do INPS e 5% de despesas fixas, capatazia, sacaria e outras. Há ainda a considerar

que geralmente o fazendeiro está a mercê de sofrer o abuso dos aproveitadores do mercado, face a oscilação de preços, o que está a exigir das nossas autoridades governamentais um controle eficiente. A CEPLAC, com 15% sobre o preço do produto, necessita ter uma perfeita organização para evitar a perda — comum em muitas culturas — pela fermentação, má ou imperfeita secagem, mau armazenamento nas fazendas e perdas nos transportes. A colheita, feita manualmente com o podão, representa 60% do custo da produção, deveria merecer melhor estudo por parte desse órgão, mecanizando-a no possível, de forma a reduzi-la pela metade, ou talvez menos. É preciso, também, estudar quais os preços para cada região em que o cacau deve ser conservado, a fim de evitar um tipo de lavoura ineficiente. Os cacaueiros estão envelhecendo, enquanto não se renovam com tipos híbridos desenvolvidos. Hoje, acredita-se — vejam V. Exas. a posição da Bahia, que 10,3% deles tem menos de 35 anos; 35,4% de 35 a 50 e 54,3% com mais de 50 anos. O lavrador, por sua vez, precisa ser defendido, definindo-lhe os preços do produto no mercado, acompanhando de perto os preços de exportação — que a CACEX deve fiscalizar e orientar — e evitando a ação de exportadores e importadores inescrupulosos.

Por outro lado, segundo a Fundação Getúlio Vargas — se providências severas e urgentes não forem tomadas — espera-se que ainda em 1975 o Brasil terá que importar quantidades consideráveis de trigo, batatas, laticínios, bacalhau e azeite. A maior importação — a de trigo — alcançará 3.210 mil toneladas. Ora, prevenindo-se essa margem de tempo, não vemos razão para isso. Neste ponto é que repetimos: com trabalho, técnica e patriotismo seremos auto-suficientes. Naquele ano, as maiores exportações serão as de café, com mais de 2,4 milhões de toneladas, o açúcar com mais de 1 milhão e o algodão com mais de 1,3 milhões. Outras exportações são a soja, arroz, milho, mandioca, bananas, cacau, sisal, tabaco, óleos vegetais, e diríamos também as frutas naturais e principalmente a indústria de sucos que tem uma demanda imensa no mundo de hoje. O feijão, por sua vez, com cerca de

3.290 mil toneladas deverá manter-se equilibrado em produção e consumo. Segundo o mesmo trabalho, ainda, a produção agrícola continuará até 1975 num ritmo de crescimento menor do que o da demanda interna, o que é grave.

As nossas exportações de produtos agrôpecuários, durante o período janeiro-agosto deste ano, apresentam um aumento de 17% com relação ao mesmo período do ano anterior, somando a US\$ 1.128.347.000, tomando-se como base a informação da *Fôlha de São Paulo*, de primeiro deste. Dois importantes produtos, todavia, merecem destaque — o algodão e o açúcar — que, tendo aumentado o volume exportado em 101 e 4,5%, respectivamente, receberam um aumento de valor de apenas 69,4 e 3,8%. É a política dos preços baixos de que sempre falamos.

Por outro lado, precisamos incrementar a nossa produção por hectare, usando também modernas práticas de irrigação. Segundo o Ministério da Agricultura, a estimativa da safra 1968/69 dá o rendimento provável por hectare da seguinte forma: (isto é importante porque há uma grande disparidade)

Algodão: Ceará 183 quilos, Paraíba 279, Rio Grande do Norte 337, Pernambuco 221, Bahia 513, Paraná 995 e São Paulo 1.340.

Arroz: Maranhão 1.194 quilos, Bahia, 1.881, Minas Gerais 1.014, São Paulo 705, Paraná 888, Santa Catarina 1.772, Rio Grande do Sul 2.630, Mato Grosso 1.334.

Milho: Maranhão 624 quilos, Ceará 660, Pernambuco 661, Bahia 939, Minas Gerais 1.229, São Paulo 1.396, Paraná 1.517 e Rio Grande do Sul 1.125.

Tomando-se por exemplo o rendimento do arroz no Rio Grande do Sul, vemos que a produção riograndense, cujas culturas são em grande parte irrigadas, apresenta bons índices, apesar de muitas vezes oneradas pela falta de financiamentos adequados, a juros razoáveis, deficiência de técnica e equipamentos, elevando-lhe o custo de irrigação. Nos outros Estados a irrigação é quase inexistente ou inexiste mesmo, a não ser regiões

como o Vale do Paraíba, em São Paulo, e algumas regiões do Rio Grande. Por outro lado, temos condições de obter, em várias regiões, 3 colheitas anuais de muitos produtos, aliás, como acontece em diversos países que mostram elevado índice de rendimento por hectare, como é o caso da RAU. No Brasil deve ser feito um estudo urgentíssimo para localizar as regiões que, a nosso ver, as mais aproveitáveis para uma intensa irrigação podem ser o citado Vale do Paraíba, o Vale do Rio Grande, a Bacia do Paraná, do São Francisco, do Rio Uruguai, o Rio Jacuí, e as zonas dos grandes açudes realizados no Nordeste e pela perfuração de poços nas zonas onde não há outros recursos.

No que diz respeito à área brasileira coberta por florestas nativas, que era cerca de 61% em 1961 está, hoje, em cerca de 40%, sendo que a maior parte das madeiras que possuímos tem muito pouco valor, estão sendo cortadas em grande parte, uma boa quantidade não tem condições para serem serradas e são duras demais para se fazer pastas para celulose. O nosso País ocupa o terceiro lugar no mundo em florestas nativas, com 3.351.000 km², correspondendo a 40% do seu território, precedido pela URSS com 7.381.000 e Canadá com 4.203.000 km². A nossa área florestal utilizável — a maior do continente sul-americano — situa-se em maior parte na faixa tropical, cuja produtividade é 10 vezes maior do que as das zonas frígidas, em razão da luminosidade e temperatura ambiente, ajudando a ação clorofiliana. Acertou, pois, o Governo ao criar nova lei de reflorestamento e que poderá, dentro de 2 décadas, modificar a situação atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Senhor Presidente e Senhores Senhores:

Segundo o **Dirigente Industrial**, de maio último, a aceleração do desenvolvimento se fundamenta em quatro setores dinâmicos, conforme palavras do Marechal Costa e Silva, quando Presidente, e que são:

- 1) consolidação das indústrias básicas e reorganização das indústrias tradicionais;

- 2) aumento da produtividade agrícola e modernização do sistema de abastecimento;
- 3) fortalecimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações; e
- 4) fortalecimento da infra-estrutura social, notadamente no tocante à educação e habitação.

O segundo item — aumento da produtividade agrícola — é o que ora mais nos interessa. Ora, é sabido que é impossível reduzir-se o custo-devida diminuindo a produção abaixo do nível necessário, mesmo porque também está provado que quem pode importar, pode exportar. Daí porque o nosso País precisa solucionar as atuais dificuldades no setor agrícola, produzindo mais e vendendo o excesso de sua produção em troca de produtos de necessidade interna.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Uma vez que V. Exa. caminha para o término do seu pronunciamento, permita-me mais um registro, aliás, numa redundância, porque os pronunciamentos de V. Exa. envolvem, sempre, problemas do maior interesse para a nacionalidade. Focalizou V. Exa., com grande profundidade, o problema agrícola da Nação, mostrando os aspectos da deficiência da terra, da falta do amparo governamental, da falta de financiamentos adequados, das dificuldades encontradas em certas regiões, cuja produtividade é pequena. Todavia, paralelamente ao esclarecimento de toda esta situação, é bom que se fixe bem a necessidade que temos, nós, os homens públicos, principalmente aqueles com a responsabilidade do Governo, de tomar a iniciativa de uma propaganda de ordem psicológica, para mostrar, aos cidadãos, a luta homérica enfrentada pelo lavrador ao longo dos séculos. Sempre que a imprensa resolve fazer uma campanha sobre o problema do custo de vida, a grande vítima é o homem da terra, é o lavrador.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estou de pleno acôrdo com V. Exa.

O Sr. Lino de Mattos — No entanto, não há a preocupação — e V. Exa. fica muito à vontade para concordar com o que estou afirmando, porque V. Exa. é um capitão de indústria, dotado de espírito de justiça. V. Exa. reconhece que, quando se trata de tabelamento, o Governo só se preocupa em tabelar os produtos da agricultura e só o homem da terra fica como o responsável pelo aumento do custo de vida — com a responsabilidade pelos outros fatores determinantes do encarecimento constante do custo de vida. Assim, ao lado deste esclarecimento de ordem técnica e de profundidade excepcional, que também se crie, na mentalidade governamental, a necessidade de compreender melhor que não deve recair a responsabilidade do constante aumento do custo de vida no homem da terra. Realmente, é ele a grande vítima dessa situação, em tal medida que, quando o caboclo afirma que “vive de teimoso”, pode-se aplicar a frase, muito bem, ao lavrador e ao pecuarista de nossa terra. Esta afirmação se aplica, principalmente, ao lavrador, para aquele que lavra a terra, porque o lavrador vive de teimoso pelo imenso amor que tem à terra. Era o aparte que desejava dar.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. e apóio, integralmente, as palavras que V. Exa. acaba de proferir no Plenário desta Casa.

Ouçõ com prazer, agora, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Senador José Ermírio, eu não quis apartea-lo antes, pelo grande interesse que me despertava o seu discurso. Queria que V. Exa. chegasse às conclusões para que eu pudesse apreender bem o sentido de sua oração. V. Exa. elaborou um estudo profundo, uma pesquisa honesta, um verdadeiro plano de ação para a agricultura brasileira. Concluimos que a produtividade da agricultura brasileira é uma das mais baixas do mundo, em virtude de terras ácidas, pobres de azoto, de nitrogênio, de fósforo e de outros minerais. As terras próximas dos grandes centros de consumo estão cansadas. Não há mentalidade conservacionista no Brasil. Se o agricultor desejasse conservar as suas terras, para que estivessem sempre em

condições de produzir, ele não teria condições, como bem aparteu o Senador Lino de Mattos, porque os juros que lhe são cobrados pelos bancos são muito altos e os lucros e a sua renda baixíssimos. E caímos num círculo vicioso, que está desafiando os nossos dirigentes, há muitos anos. Se o preço dos produtos da terra são aumentados para consumo interno, os consumidores não estão em condições de absorver o necessário ao sustento do seu organismo. Esta situação não pode continuar. V. Exa., como opositorista conseqüente que o é, apresenta um trabalho que, ao certo, será estudado pelos técnicos do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura. Este último tem, agora, à sua frente, um jovem de trinta e seis anos. Segundo tôdas as notícias recebidas, trata-se de elemento capaz, interessado profundamente em resolver os problemas da agricultura que, se não forem solucionados, poderão precipitar o País numa convulsão social sem precedentes, pois, já disse alguém, que a convulsão social nasce do estômago. Está V. Exa. portanto, de parabéns — e nós outros — pelo trabalho que apresenta. Sugeriria, ainda, que, como Presidente da Comissão de Agricultura, V. Exa. convidasse o atual Ministro da Agricultura, à maneira do que já fez a Câmara (Muito bem!), para que viesse debater, com a citada Comissão os problemas que estão na alma nossa e que tanto vêm preocupando V. Exa. Sabemos que a indústria, a industrialização do País é uma necessidade, mas, paralelamente, o progresso da agricultura é outra grande necessidade para a solução dos nossos problemas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sou muito grato às palavras de V. Exa., Senador Aurélio Vianna, e concordo, inteiramente, com as suas conclusões.

O Sr. Lino de Mattos — Permite-me V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador.) — Logo após o primeiro pronunciamento do General Emilio Garrastazu Médici, a Imprensa, em São Paulo, procurou-me para saber quais as sugestões que eu apresentava ao Governo, frente ao apelo formulado pelo futuro Chefe da Nação. Respondi à Imprensa que

aguardasse, porque os emedebistas iriam ocupar a tribuna do Senado e da Câmara para tais sugestões. A confirmação do que declarei está em que, pela segunda vez, nestes poucos dias, o nobre Senador José Ermírio ocupa a tribuna para trazer ao Governo sugestões válidas, sugestões honestas, sugestões que, aproveitadas, resultam em favor do interesse da Pátria.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Este o nosso dever. A Oposição deve ser construtiva e não se limitar a críticas.

(Lendo.)

Por outro lado, o ponto mais importante depois da colheita é a conservação do produto, surgindo daí a grande necessidade de perfeito entrosamento entre órgãos federais e estaduais, como os departamentos do Ministério da Agricultura, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, dos bancos estaduais — que já estão funcionando em quase tôdas as regiões — do IBRA, do INDA, da COPAL, da CIBAZÉM, do FUNFERTIL — encarregado de auxiliar o agricultor na fertilização e correção do solo — e outros especializados. Isto, para que as colheitas — cujo ideal seria crescerem sempre em proporção bem maior ao do aumento populacional — possam ser eficientemente armazenadas, ensiladas e protegidas contra estragos de toda sorte. O IBRA, por sua vez, muito precisa realizar, e com urgência, para poder se justificar a enorme receita que vem auferindo, sem ainda uma participação marcante, visível e eficiente em benefício da produção agrícola brasileira.

Há, ainda, uma coisa importante que sugerimos ao Governo e que, se observada, trará benefícios imensos à lavoura. Na calagem do solo, se ele investir grandes somas, de forma a vender a preço de custo, com longo prazo de pagamento e mesmo sem cobrar juros, componentes de calcáreo, predominantemente de cálcio ou dolomíticos — que é uma composição de cálcio e magnésio —, moidos de acórdio com as especificações vigentes, verificará que, depois de 2 ou 3 anos, os resultados da produção serão tão grandes que o próprio Governo obterá imensos lucros com a rentabilidade e

os lavradores, por sua vez, poderão pagar os encargos assumidos. Para tanto, é preciso um funcionamento harmônico e eficiente por parte dos vários órgãos governamentais e particulares encarregados de participar da atividade agrícola. Neste processo de calagem, ainda, se o Governo decidir cobrar juros, estes não devem ultrapassar a 6% ao ano, com prazo de pagamento de 7 anos e com período de carência de 3 anos.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Flávio Brito — Sr. Senador José Ermírio, eu estava na mesma posição do nosso companheiro e Líder do MDB, a respeito de aguardar o final do seu pronunciamento, para dar este meu modesto aparte. Considero neste seu discurso sobre agricultura, como em todos os outros que eu já tive a honra de ouvir nesta Casa, o carinho, o interesse e a colaboração que V. Exa. sempre deu à agricultura, apesar de ser um capitão da indústria, como também ao próprio Governo. Todos nós reconhecemos o que V. Exa. fez, como Ministro da Agricultura, no setor agropecuário. Em 1930, o orçamento do Ministério da Agricultura era de 4%, hoje é menos de 3%. Na sua época, eu acho que devia andar mais ou menos em 3%. Como Ministro da Agricultura, V. Exa. deve ter percebido que, até pouco tempo atrás, existiam os Ministros de Primeira Classe e os de Segunda Classe e o Ministério da Agricultura sempre teve a sua categoria não como de Primeira Classe. Além disso, Senador José Ermírio, a descapitalização que V. Exa. está provando ao Governo, e sobre a qual está nos dando este magnífico depoimento, é a realidade. Temos crédito agrícola, como todos sabem, mas um crédito agrícola caro porque os Estados, com raríssimas exceções, não cooperam, não desejam contribuir com a menor parcela que seja para a agricultura. Pagamos 18% de juros, mais 18% de ICM e ainda temos o IBRA e o Fundo Rural. De modo que nós, da agricultura, passamos a ter um sócio com mais de 43%, no nosso negócio. V. Exa. tem razão em dizer que esta agricultura não tem mais condições de agüentar, como, aliás, todos os Srs.

Senadores sabem, pois, graças a Deus, aqui no Senado, a grande maioria é composta de homens ligados diretamente à agropecuária. Como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, fico orgulhoso ao ver que meus companheiros, quer da situação, quer da oposição, tôdas as vezes em que são discutidos assuntos da agricultura, compreendem e opinam unicamente no sentido de que o Governo dê melhores condições aos produtores. O grande jornalista José Rezende Pérez, em *O Globo*, de hoje, afirma que, há poucos meses, quando estava saindo a grande safra de batatas de Moji das Cruzes, foi autorizada a importação de batatas. Ele prova que, no Brasil, o número de vacas caiu de 33.355.000, em 1965, para 31.706.000, em 1967. Houve uma redução de 3.600 e poucas matrizes. Isto é um crime que se pratica, pois a pecuária poderia estar não substituindo o café, mas ajudando este produto nobre para carrear mais divisas para o Brasil. V. Exa. vai-me desculpar por estar me alongando, mas fico entusiasmado quando ouço os pronunciamentos profundos de V. Exa. sobre um assunto no qual eu tenho uma certa responsabilidade. Realmente, acho que o Governo deveria mandar imediatamente essa peça ao Sr. Ministro do Planejamento, para que essas medidas fôssem postas em prática. Hoje, temos dois Ministérios, o da Agricultura e o da Indústria e do Comércio, chefiados por homens com cheiro de terra, e, por eles terem cheiro de terra, acredito que irão dar ao Sr. Presidente Médici a sua grande participação na Agricultura.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sou imensamente grato, nobre Senador Flávio Brito, pelos conceitos de V. Exa. Realmente, ninguém no Brasil pode esclarecer melhor a situação da Agricultura do que V. Exa. Como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, V. Exa. conhece todos os rincões do Brasil e pode salientar as necessidades urgentes para salvar a agricultura nacional.

O Sr. Vasconcelos Tôres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com todo prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôres — V. Exa., como Senador, deve sentir-se feliz

porque o êxito de um parlamentar é quando expõe idéias e provoca debates. Não faz V. Exa. na tribuna um monólogo, pelo contrário, estabelece impressionante diálogo nas diversas ocasiões em que é aparteado, como no meu caso, pois me sinto incontento e volto, embora rapidamente, apenas para sublinhar a intervenção do nobre Senador Flávio Brito, que exerce a função de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e se tem havido com sucesso nesse cargo, considerado muito difícil. Falou S. Exa. em Ministro de Primeira e de Segunda Classe. Jamais cometeria eu a indignidade de fazer comentários sobre alguém que não é mais Ministro, no entanto poderia manifestar — e vou fazê-lo — minhas esperanças acêrca dos que se iniciam nas novas funções e diretamente ligados à agricultura, como o é o titular Cirne Lima. Sempre gosto de usar linguagem pura — faço questão —, contudo não é expressão antiparlamentar, mais uma vez o afirmo, e, sim, no sentido de juventude — temos na Pasta da Agricultura um brôto, um jovem, mas já com grande e valiosa experiência em seu Estado: o Ministro Cirne Lima. Do outro titular, o que saiu, não falarei sobre ele, pois, sabe V. Exa., tivemos um debate amargo aqui, nesta Casa, a respeito da importação de leite-em-pó, e o nobre Colega mesmo me procurou e disse: Senador, V. Exa. está sendo um pouco duro com o titular que saiu. Nunca perdoei, jamais perdoarei que o então Ministério da Agricultura ignorasse a importação do leite-em-pó, quando as bacias leiteiras do Vale do Paraíba, as principais bacias leiteiras do Brasil estavam aptas a abastecer o mercado. O Vale do Paraíba não é só o Estado do Rio, é São Paulo, é Minas Gerais! Aliás, S. Exa. teve a dignidade de dizer, não digo bem, que não sabia mas que o assunto não dizia respeito ao Ministério da Agricultura. Era aquele desentrosamento. Manifesto a minha confiança no atual Ministro da Agricultura e apelo para V. Exa., nesse maravilhoso discurso que V. Exa. está fazendo, no sentido de que, além das idéias que tem, faça aquilo que é indispensável para o bom êxito: o entrosamento, aquilo que o próprio Senador Flávio Brito acabou de dizer. Temos um Ministro

da Indústria e do Comércio, Fábio Yassuda, temos um Ministro da Agricultura, Cirne Lima. Não pode haver agricultura sem conexão com a indústria e o comércio. E, havendo isso, meu caro Senador, essa agricultura deixará de ser objeto de um verdadeiro muro de lamentações onde todo mundo chora, onde todo mundo sabe das dificuldades, onde todos vêem que a atividade rural vai rolando cada vez mais. Mas ficamos derramando lágrimas sem que essas lágrimas possam servir de adubo, servir de água, da água generosa que cai para a semente germinar. Que seja a hora da agricultura, como S. Exa., o meu prezado e querido colega Senador Flávio Brito deixou entrever nas suas palavras. Eu confio, porque é o poder jovem que chega a uma das pastas mais impressionantes. E o Ministro Cirne Lima há de levar a crédito de confiança, não meu que sou seu correligionário, mas o de V. Exa. e de seus companheiros da Oposição, porque nessa matéria não pode haver política. A agricultura tem que pertencer ao Brasil, sem ARENA, sem MDB.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — De pleno acôrdo com V. Exa. Estamos certos de que, tanto o Ministro Fábio Yassuda, da Indústria e do Comércio, como o Ministro da Agricultura, Cirne Lima, que têm informações das mais preciosas, lutarão para o desenvolvimento, não só para industrialização dos produtos agrícolas, como para conseguir o rendimento desejável para a agricultura brasileira.

(Retomando a leitura.)

A conservação do solo, por seu turno, é um dos fatores mais importantes para a boa cultura. Há que evitar a erosão, manter a sua produtividade e aumentar o rendimento. Os melhores métodos que se conhecem para deter a erosão são as rotações de colheitas permanentes, cultivo em faixas e lavrar em contorno o solo em combinação com o terraceamento, se necessário.

A irrigação deve ser feita com dinheiro tomado por empréstimo no Exterior, no prazo mais longo possível, a fim de poder pagá-lo com a própria produção agrícola. Aqui internamente, os empréstimos a serem feitos à agricultura não devem ul-

trapassar a 12% ao ano — atualmente está a 18% e até mais — dando-se prazo de pagamento de conformidade com o término das colheitas, citando-se, neste caso, o exemplo da CIBRAZEM, que já fez um programa, concedendo prazo de cerca de 180 dias, após a colheita, para dar tempo ao lavrador de vender seus produtos.

A política de preços-mínimos, diga-se de passagem, já está razoavelmente bem orientada. A eletrificação rural, também, tem progredido bastante com as facilidades criadas por várias organizações do País.

A genética tem progredido espetacularmente. Assim é que já na década de trinta, a Universidade de Purdue, em Lafayette, Indiana, EUA, assinalara a todo o mundo científico que o milho opaco possuía considerável quantidade de boas proteínas, inexistentes no milho comum, que eram a lisina, que se encontrava aumentada em cerca de 70 a 100%, e o triptofano, em cerca de 66% a mais que no milho comum. Essas observações, porém, não despertaram as atenções senão 15 anos passados quando foram constatadas as vantagens deste milho, cuja proteína corresponde a 90% da proteína do leite. A Universidade Rural de Viçosa constatou que são necessários 10 kg de milho comum para que os suínos ganhem 1 kg de peso vivo e apenas 4,3 kg do opaco. É a maravilha da técnica.

Por outra parte, senhores senadores, já que temos o confisco cambial do café e do cacau — muito importantes, já que a exportação de produtos agropecuários atingiu no período janeiro-agosto a 78,8% do total — é necessário que se estabeleça com a máxima urgência diretrizes seguras para que a nossa agricultura — com condições excepcionais — possa realmente progredir e competir com os principais países agrícolas. Sabemos ser impossível o desenvolvimento sem sacrifícios, mas, é preciso fazer justiça à agricultura que tem sofrido exageradamente. É preciso estudar urgentemente todas as suas necessidades, desde o plantio das zonas determinadas até a comercialização e exportação dos produtos, e todos os ônus, custos, despesas de transporte e armazenamento e outras condições favoráveis ou não para nossas princi-

pais culturas. Por outro lado, enquanto o panorama de pobreza impera na lavoura, é injustificável tantas facilidades nas cidades na especulação de títulos, na venda dos produtos — muitos dos quais agrícolas — favorecendo a que muitos cidadãos vivam naballescamente, em detrimento daqueles que efetivamente lutam, desde o raiar do dia ao anoitecer, sofrendo tanto e até sem condições de educar seus filhos. Uns, pouco fazem e muito ganham; outros, muito fazem e pouco ganham. Tanto isto é verdade que, conforme a revista *Banas*, de 14-7-69, as ações do Banco do Brasil valorizaram-se extraordinariamente durante o primeiro semestre deste ano, atingindo a 440,1%. Aqui é que dizemos ser imperioso exterminar com a indústria dos juros elevados, que é fonte de inflação. Lembro-me que em Portugal — quando o visitei em 1966 — os empréstimos à agricultura portuguesa podem ser feitos até 90% do custo orçamentado para a execução de melhoramentos, com prazo de pagamento até 30 anos e na taxa de apenas 2% ao ano, cobrável somente após 2 anos da conclusão do melhoramento.

Este, senhores senadores, o quadro agrícola brasileiro. Gostaríamos de não termos nos alongado tanto em nossa oração, mas são tantas as faces do problema e todas importantes que não pudemos evitá-lo. O remédio para os males da nossa agricultura está na firme determinação de vencer, no estudo persistente, no trabalho racional e firme e na técnica moderna. Para que o campo cresça, crescendo assim o Brasil, é imprescindível o surgimento de uma geração de administradores e políticos que enfrentem com coragem e paciência as nossas dificuldades, colocando os interesses do Brasil acima dos seus pessoais e tendo sempre a disposição rotariana de "Dar de si antes de pensar em si".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é muito cumprimentado.)

O Sr. Ruy Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Senado-

res, acabamos de ouvir um dos grandes discursos dos muitos que aqui tem pronunciado o Senador José Ermírio, admirável pesquisador, homem de larga cultura, que encanta este Plenário quando tem oportunidade de pronunciar as suas brilhantes e oportunas orações.

Tomei a liberdade de fazer um apêlo à Mesa, no sentido de ser enfechado em plaquette este trabalho de extraordinária substância, em que o nosso eminente colega aborda, com abundância de conhecimento e fabulosos dados estatísticos, problemas fundamentais do Brasil.

O Sr. José Ermírio é reconhecido como profundo especialista em assuntos industriais, mas, acaba de demonstrar que também o é, em assuntos agrícolas. Os apêtes que recebeu aos Senadores Argemiro de Figueiredo, Aurélio Vianna, Lino de Mattos e Flávio Brito, ilustres colegas, também estudiosos e conhecedores desses assuntos que são vitais para o nosso País, integram o trabalho: Esse merece ser amplamente divulgado, Sr. Presidente, pela Mesa que dirige os nossos trabalhos e por conseguinte os destinos da nossa Casa. Todos nós sabemos que o Senador José Ermírio tem condições de mandar fazer bilhões de plaquettes, mas acho que é uma homenagem do Senado ao trabalho de fôlego de S. Exa. Essa simpática e justa iniciativa servirá de estímulo para que ele ou outros colegas que igualmente possuem cabedais de conhecimentos possam vir à tribuna abordar com tanta profundidade e riqueza de conhecimentos os problemas de interesse nacional. Feita a plaquette, também solicito à Mesa seja a mesma, por deliberação do Senado, enviada aos Srs. Senadores, Deputados e às autoridades, sobretudo aos novos Ministros que compõem o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Estou certo de que os jovens titulares, especialmente o do Planejamento, que é uma das mais destacadas figuras do conjunto governamental, o Sr. João Paulo Reis Veloso: o Ministro da Agricultura, que outro dia honrou o Senado com sua visita, o Sr. Cirne Lima, inteligente, agradável demonstrando, no entendimento que teve com os Senadores que foram

cumprimentá-lo, o seu grande conhecimento sobre os assuntos da Pasta que irá dirigir e; também, o ilustre Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Netto, os três Ministros moços, como foi bem acentuado pelo nobre Senador Flávio Brito, meu prezado amigo.

Então, Sr. Presidente, fica feito o meu apêlo e espero que a Mesa o atenda. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — A Presidência recebe, com a atenção devida, a sugestão do nobre Senador Ruy Carneiro, e a estudará para oportuna decisão, na forma regimental.

Com a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Sigefredo Pacheco. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, assumindo o alto cargo de Ministro do Exército, o General Orlando Geisel, depois de exaltar a presença do Marechal Eurico Gaspar Dutra naquela solenidade, pronunciou a seguinte oração:

“Com profunda emoção atendi ao chamamento da confiança do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, companheiro e amigo fraterno de uma vida inteira, para a investidura no cargo de Ministro do Exército. Recebo das mãos do colega de turma e também velho amigo de meio século, o General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares.

Manterei decidido o ânimo para exercer, com honra e lealdade, as funções de Ministro e Comandante do Exército, servindo às Forças Armadas e ao Governo Revolucionário, no seu empenho e determinação de transformar em realidades as mais caras e legítimas aspirações nacionais.

Cuidarei, sem desânimo, com os pés no chão e os olhos no futuro, da eficiência do Exército e da total consagração de meus comandados aos trabalhos da profissão militar, fora e acima de injunções pessoais e políticas.

Perseverarei na ação até o fim, com humildade, senso de justiça, firmeza é sentido do objetivo.

Humildade, que não se confunde com a timidez, mas importa em propósito claro e retilíneo de porfiar no serviço da verdade e no esforço construtivo de dar-me e fazer com que se dêem todos, com tôdas as energias, à tarefa mais modesta e simples, sem vaidade, sem o desejo secreto de mostrar-se:

Senso de justiça, que vitaliza a confiança entre chefes e subordinados; que dá calor à vida e energia ao esforço.

Firmeza, que vale mais do que a força, que conduz à persistência, à decisão digna de recomeçar o trabalho feito, etapa por etapa, malgrado as interrupções e os desapontamentos.

Sentido do objetivo, que significa ação eficiente e orientada para os fins colimados, sem mudança de rumo e dispersão de meios; que implica na fixação de prioridades e na escolha de alternativas da ação.

Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares, receba Vossa Excelência, com o meu aprêço e amizade, a saudação militar do Exército, pelos assinalados serviços prestados à Pátria, como soldado e cidadão. Meus Senhores:

Espero em Deus cumprir, com exação e zelo, com espírito cívico e determinação patriótica, a missão que me foi confiada.”

Sr. Presidente, o General Orlando Geisel é um soldado de lei e da lei; sisudo, mas educado e tratável; compassado na marcha, e firme nas decisões; enérgico sem destemperos, tem na sua classe o primado da inteligência, da cultura e sua bravura pessoal foi comprovada nas horas de perigo.

Recebendo das mãos honradas e integrantes do General Lyra Tavares o Comando do Exército, foi com emoção que o General Geisel divisou entre centenas de oficiais a figura austera e acatada do General Eurico Dutra, que deixava o seu refúgio da Rua do Redentor, pela primeira vez, desde que deixou a pasta da Guerra, para assistir à posse e prestigiar com sua presença o novo Ministro do Exército, seu amigo e antigo comandado. Não poderia ser mais feliz a escolha do Presidente Médici, de colocar no Comando do Exército um soldado leal e digno como o General Orlando Geisel.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com todo prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. presta homenagem a um dos mais conceituados oficiais do Exército brasileiro, a uma rara vocação militar, a um homem de bem que na sua vida profissional tem assinalados serviços prestados à Pátria. Sallento, meu prezado colega Senador Victorino Freire, que V. Exa. agiu com muita inteligência, não esperou o protocolo de uma transcrição pura e simples nos Anais, através da letra do Regimento. V. Exa. acaba de reler a magnífica peça oratória, a qual prova que em curtas palavras se pode transmitir uma mensagem autêntica, sincera, pura, patriótica, verdadeira, à oficialidade, sargentos e praças do Exército brasileiro, à toda a nacionalidade, porque o Exército é o povo em armas, segundo velha definição. V. Exa., lendo a oração, ela está automaticamente transcrita nos Anais. Da minha parte, quero congratular-me pela iniciativa de V. Exa. Não conheço duas opiniões sobre o Gen. Geisel — é uma só, dos seus colegas e daqueles que o conhecem pela tradição, pela inteligência. É um homem que ainda há pouco, modestamente, como é do feitio dos Geisel, no Estado-Maior das Forças Armadas, realizou um dos trabalhos mais importantes no Brasil, no sentido do entrosamento nos três ramos das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Peço perdão a V. Exa. por ter interrompido seu discurso, mas queria dizer que, de minha parte, este, efetivamente, é

um documento que merece constar dos Anais, como V. Exa. acaba de providenciar, através da leitura que faz, inclusive com a menção daquele nosso grande amigo comum, que só iria prestigiar uma pessoa, um homem que não sai da sua solidão, na casa da Rua Redentor a não ser num momento especial, e a sua presença como que valeu uma consagração ao atual Ministro do Exército.

O SR. VICTORINO FREIRE — Grato pelo aparte, meu nobre companheiro Vasconcelos Tôrres.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador.) — Sabe V. Exa. da minha ligação com os eminentes paraibanos, os irmãos Geisel, General Ernesto Geisel e General Orlando Geisel, quando ainda eram capitães. O General Ernesto Geisel serviu na Paraíba e foi, se não me falha a memória, Secretário de Finanças do Interventor Gratuliano de Brito e do Governador, hoje Senador, Argemiro de Figueiredo. Acompanhamos a vida desses jovens militares, hoje generais e ministros — um, do Superior Tribunal Militar, e, outro, do Exército — homens de bem, dignos, militares disciplinados, inteligentes, preparados e cultos. De maneira que folguei — e confesso a V. Exa., com quem troquei idéias no Monroe, no Rio de Janeiro — com a escolha feita pelo Presidente da República, na pessoa do General Orlando Geisel. O Exército está entregue às mãos de um grande oficial, sob todos os aspectos: da cultura, da disciplina, do caráter, homem que é absolutamente de bem. A Nação está de parabéns e V. Exa. merece os nossos aplausos, rendendo a sua homenagem ao Ministro Orlando Geisel.

O SR. VICTORINO FREIRE — Muito obrigado, Senador Ruy Carneiro, pelo aparte com que honrou o meu discurso.

(Lendo.)

Assim, Sr. Presidente, ao deixar nos Anais do Senado o discurso do General Geisel, presto uma homenagem ao Exército, ao insigne soldado, ao chefe de família exemplar, ao homem particular e ao amigo de tantos anos, em cujos conselhos avisados e serenos procurei sempre inspirar-me.

Em todos os postos exercidos na sua longa carreira militar, de todos eles, saiu o General Geisel, com seu nome aureolado, sem as sombras dos remorsos, que geram os deveres públicos mal cumpridos. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Lobão da Silveira — Petrônio Portella — Waldemar Alcântara — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Domicio Gondim — Eurico Rezende — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — José Feliciano — Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa, expediente encaminhado à Mesa pela Bancada do MDB, cuja leitura será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

Sr. Presidente:

Comunicamos a Vossa Excelência, que continuam como Líder do nosso Partido o Senador Aurélio Vianna e como Vice-Líderes os Senhores Senadores Adalberto Sena e Bezerra Neto.

Senado Federal, em 11 de novembro de 1969. — Argemiro de Figueiredo — Antônio Balbino — Bezerra Neto — Edmundo Levi — José Ermírio — Adalberto Sena — Pessoa de Queiroz — Oscar Passos — Sebastião Archer — Josaphat Marinho — Nogueira da Gama — Ruy Carneiro — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei cuja leitura será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 6, DE 1969

Regula a aquisição de gêneros alimentícios adquiridos no exterior, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Os gêneros alimentícios adquiridos no exterior, que não forem doados a entidades assistenciais, são

sujeitos ao prévio licenciamento da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único — Os produtos de que trata este artigo serão examinados pelo Serviço Bromatológico do Ministério da Saúde, antes de sua liberação ao consumo do público.

Art. 2.º — Não será autorizado o ingresso no Brasil dos produtos referidos no artigo anterior que possam prejudicar a comercialização normal de similares nacionais, salvo se se destinarem a fins assistenciais.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A presente proposição visa apenas a restabelecer, nesta legislatura, iniciativa semelhante tomada pelo próprio Governo, no ano passado, mas que, em virtude de ter sido vetada como muitas outras, teve o seu veto mantido pelo Decreto-Lei n.º 618, de junho do corrente ano.

Restauramo-la, em virtude de sua excepcional importância e da imperiosa necessidade de se regular as providências nela contidas, sendo uma das maiores, a da conveniência de se equilibrar a industrialização do leite.

Outro fato grave que nos induziu a restabelecer o projeto, diz respeito às doações que periodicamente são feitas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, destinadas a atender aos planos de alimentação de mais de 11 milhões de escolares brasileiros, doações estas que nem sempre se processam sob o devido controle das autoridades responsáveis pelo comércio exterior.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1969. — **Lino de Mattos.**

(As Comissões de Constituição e Justiça; de Indústria e Comércio; de Economia e de Saúde.)

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — O projeto irá às Comissões competentes.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, cuja leitura será feita pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 46, DE 1969

Solicita a inserção, em Ata, de voto de congratulações com S. Exa. o Senhor Presidente da República, pela nomeação do General Ernesto Geisel para a Presidência da Petrobrás.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, a inserção na Ata de um voto de congratulações com Sua Excelência o Senhor Presidente da República pela nomeação que acaba de fazer do General Ernesto Geisel, para a Presidência da Petrobrás.

General de Exército, homem de há muito identificado com a problemática do petróleo brasileiro, a presença do General Ernesto Geisel à frente da Petrobrás é uma garantia no sentido de que essa grande empresa de economia mista prosseguirá no bom e patriótico caminho do êxito técnico, financeiro e administrativo que vem assinalando sua trajetória de 1964 para cá.

A nomeação do General Ernesto Geisel para a Presidência da Petrobrás representa mesmo a certeza, para todos nós, de que o Brasil alcançará mais depressa do que se poderia admitir, mesmo com otimismo, a auto-suficiência em matéria de produção e refino desse combustível líquido — fato que mudará, quando ocorrer, a face de nossa economia.

Requeiro, também, Senhor Presidente, que o Congresso Nacional faça a comunicação deste voto de congratulações ora proposto a Sua Excelência o General Ernesto Geisel.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1969. — **Vasconcelos Tôrres.**

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — O requerimento será publicado e, em seguida, remetido à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Está esgotada a hora do Expediente.

Presentes-55 Srs. Senadores, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1964 (n.º 2.378-C/60, na Casa de origem), que dispõe sobre a atualização das multas previstas nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, tendo

PARECERES, sob n.ºs 479, de 1964, e 32, de 1969, da Comissão

— de Constituição e Justiça

1.º pronunciamento — pelo sobrestamento do exame da matéria;

2.º pronunciamento — (após consulta da Mesa) — contrário.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado. Será arquivado, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 33, DE 1964

(N.º 2.378-C, de 1960, na Câmara)

Dispõe sobre a atualização das multas previstas nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — As multas previstas no Código de Processo Civil (Decreto-Lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939) e Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.693, de 3 de outubro de 1941) passam a ter o seu valor atualizado, mediante a conversão seguinte à importância do salário-mínimo mensal vigente, quando de sua publicação, no Distrito Federal:

I — as de valor inferior a cem cruzeiros são fixadas em importância cor-

respondente a um quarto do salário-mínimo;

II — as de valor superior a cem cruzeiros são fixadas em importância correspondente à metade do salário-mínimo;

III — as de valor igual a duzentos cruzeiros são fixadas em importância correspondente ao salário-mínimo;

IV — as de valor superior a duzentos cruzeiros serão calculadas guardando-se a proporcionalidade estabelecida nos itens anteriores.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)

Item 2

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 19, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do editorial de *O Globo*, de 26 de dezembro de 1967, sob o título de "A Indefinição do Brasil Face aos Acórdos com Portugal", de autoria do jornalista Garrido Tôres, tendo

PARECERES, sob n.ºs 34 e 35, de 1969, das Comissões

— de *Constituição e Justiça*, favorável e solicitando audiência da Comissão de Relações Exteriores;

— de *Relações Exteriores*, pelo arquivamento.

Em discussão o requerimento.

(Pausa.)

O Sr. Vasconcelos Tôres — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Tôres.

O SR. VASCONCELOS TÔRES (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, eis prova material, inquestionável, de como certas proposições andam a passo de tartaruga.

Este requerimento que ora se discute foi apresentado por mim em 18 de janeiro de 1968. Tinha uma atualidade indiscutível. E tanto isto era verdade que autoridades do Itamarati me procuraram para dizer que o objeto da minha iniciativa encontrara eco e o próprio artigo que eu visava transcrever havia repercutido, tais os conceitos nêle emitidos, tal a recomendação que encerrava o trabalho muito bem feito do economista Garrido Tôres.

Vai à Comissão de Justiça nessa data — 18 de janeiro de 1968 — e essa Comissão, em 20 de fevereiro, dá parecer favorável, da autoria do Senador Carlos Lindenberg, porque, Sr. Presidente, inegavelmente, se tratava de assunto para o qual o Senado havia sido convocado a debater: os acórdos econômicos e culturais da nossa Pátria com a república portuguesa.

Pois bem, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça conclui que a matéria envolve a política exterior e que a nossa Comissão de Relações Exteriores deveria opinar sobre a mesma, o que foi feito no mesmo dia 20 de fevereiro. De 20 de fevereiro a 13 de dezembro de 1969, quase um ano, o projeto dormiu, não naqueles arquivos que não são secretos, mas naquelas gavetas das nossas comissões técnicas. Agora que ressuscitou, inegavelmente o que tinha em mira atingir já foi colimado com a assinatura dos Tratados.

Sr. Presidente, quando se fala em reforma do Poder Legislativo eu me pergunto se assunto desta natureza não deveria sofrer uma tramitação menos longa; ou "sim" ou "não". Ainda hoje tive oportunidade de assistir, no avião em que vinha, cena demonstradora de que a Comissão de Relações Exteriores revela uma certa pressa. Perguntaram a dois Embaixadores que vão ser sabatinados se gostariam de que a reunião fôsse hoje mesmo. Um deles, que me impressionou profundamente, disse que estava à disposição da Comissão de Relações Exteriores, mas que não tinha pressa.

Há o açodamento para certos casos e há, Sr. Presidente, a demora para outros. O Embaixador que respondia dessa maneira, ao colega, me impressionou profundamente. Anotei bem o episódio se a êle me refiro é para

estabelecer o contraste com a forma por que age a nossa Comissão de Relações Exteriores. Não está afinada, data venia, com a responsabilidade que tem perante o País. Se houvesse uma ordem hierárquica, eu diria que esta é uma das principais.

Dizem que a corda arrebenta no lado mais fraco. Assim, me informaram de que o Secretário da Comissão de Relações Exteriores, tão chegado ao nosso Itamarati, é quem fazia com que essa matéria sofresse filtragem mais demorada. Mas demorada assim, Sr. Presidente, é demais!

Então, quando V. Exa. anuncia a discussão do requerimento, que levou cerca de um ano tramitando, nesta Casa, a cujo favor a Comissão de Justiça votou, eu poderia dizer não ao seu arquivamento, pois aceito todos os pareceres dos meus colegas, sou o primeiro a acatá-los, com todo o aprêço e com toda a consideração.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TÔRES — Com todo prazer.

O Sr. Mem de Sá — Desejo informar V. Exa. e não contestá-lo: de maneira alguma é justo que V. Exa. atribua qualquer responsabilidade ao Secretário da Comissão de Relações Exteriores, Sr. Castejon Branco, funcionário modelar, no exercício de suas atribuições. Pode V. Exa. ficar certo de que, por êle, nenhum expediente é retardado. V. Exa. pode culpar quem quiser, menos o Secretário.

O SR. VASCONCELOS TÔRES — Pois não. Agradeço a V. Exa., mas creio que eu deixei, tanto quanto possível, bastante claro que a informação eu recebi com certa reserva.

O Sr. Mem de Sá — Com toda a reserva.

O SR. VASCONCELOS TÔRES — Com certa reserva, porque o Secretário da Comissão é quem prepara o expediente. Não se trata de matéria polêmica; é matéria que o Senado havia votado, discutido. Disse mais ainda, em abono, talvez, da consideração que V. Exa. faz, a respeito do jovem Secretário da Comissão, que a corda sempre arrebenta no lado mais fraco.

O Sr. Mem de Sá — Isto é injusto.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, o fato é evidente. Não é possível, meu caro Senador Mem de Sá, que se tenha tanto aodamento para determinados assuntos e para outros, de rotina, não. V. Exa. há de concordar comigo.

O Sr. Mem de Sá — Não estou discutindo o mérito. Estou dizendo que não é justo V. Exa. atribua a responsabilidade ao Secretário.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Acato a intervenção de V. Exa. o nome Colega representa, naquela Comissão, justamente o que desejo: a presença, a combatividade, o inquiridor-mór. E aqui a verdade dos fatos: a Comissão de Relações Exteriores do Senado, dentro da reformulação que se anuncia, precisa ter vários Mem de Sá.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa., depois de cometer uma injustiça, atribuindo a responsabilidade ao Secretário, comete outra injustiça contra os demais Membros da Comissão...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Não, não cometo injustiça.

O Sr. Mem de Sá — ... pois sou um dos mais modestos, um dos mais obscuros integrantes daquele órgão técnico.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Fica muito bem a V. Exa. esta posição. Não estou fazendo crítica indeterminada. Falo relativamente a um fato, a um caso concreto. Apenas, personifiquei, no nobre Colega, um elemento que, na referida Comissão, realiza o que tem sido a minha conduta parlamentar, no que respeita aos problemas do nosso Ministério das Relações Exteriores.

Feitas estas considerações, Sr. Presidente, sou o primeiro a considerar a inoportunidade da transcrição, de vez que o pretendido pelo economista Garrido Tôres já foi atingido, plenamente, com a assinatura dos Tratados entre o Brasil e a República Portuguesa, tanto na parte comercial quanto na cultural.

Mas, Sr. Presidente, não seria eu fiel a mim mesmo se não fizesse este reparo. Não quero endereçar uma crítica ao Secretário da Comissão. Quem sou eu para fazê-lo? Apenas, faço uma advertência aos meus prezados Colegas, para que, assunto da atualidade

como este, seja bem examinado, a fim de se evitar o constrangimento com que o Senado vai ter, agora, de votar requerimento já ultrapassado. Após um ano da tramitação, o Parecer da Comissão de Relações Exteriores só agora vai ser votado. Assim, sou um dos primeiros a votar pelo arquivamento da matéria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, sou o Relator desta matéria, na Comissão de Relações Exteriores.

Dei o meu parecer, dentro de dez dias. O projeto não passou nas minhas mãos nem quinze dias. Foi entregue à Comissão de Relações Exteriores antes disto. Como oposicionista, eu poderia ter aplaudido o artigo do ilustre jornalista Garrido Tôres, que é uma crítica contundente ao Governo Revolucionário, por não ter pôsto em execução os Tratados firmados com Portugal.

O artigo critica os países que adotam o sufrágio universal direto e secreto. O artigo critica os nossos diplomatas, que defendem a política exterior do Brasil na ONU.

Há trechos em que denomina e qualifica de burrice — textualmente — aqueles que não adotam os princípios defendidos pelo autor do artigo. Leio para V. Exas. ouvirem:

(Lendo.)

“A democracia à base do sufrágio universal, em que pèse aos sofismas e aos anseios liberatórios, privilégio de países desenvolvidos, é uma farsa onde predominam aquelas condições negativas”, isto é, a de “povos deseducados, mal nutridos, mal a b r i g a d o s”, que “preferem primeiro viver e depois filosofar.”

Condena a posição das delegações brasileiras na ONU em favor da autodeterminação dos povos, ou seja, pelo anticolonialismo, por um erro de interpretação. Textualmente:

“Pois bem, isto é o que se poderia chamar de ignorância convicta, que só se explica por parte daqueles que desconhecem a obra

portuguêsa em África (para só falar de suas províncias mais importantes), que nada têm em comum com o que vai pelo resto daquele Continente.”

A meu ver — diz o autor do artigo — por duas fortes razões, que os nossos inocentes úteis ou desconhecem ou em relação às quais se mostram colaboracionistas, se lhes dermos o benefício da dúvida de que não se trata de burrice simplesmente.

E assim vai o artigo vazado nesses termos.

Eu não acredito que os delegados do Brasil na ONU, que nos representam naquele grande e poderoso organismo internacional, estejam praticando um crime de lesa-pátria, em condenando o colonialismo e em defendendo a autodeterminação dos povos. Estão defendendo a boa doutrina, estão revelando um espírito de independência e de soberania que deve merecer toda a nossa consideração e apreço.

Como oposicionistas, colocamos os interesses nacionais, a soberania do nosso País acima de tudo, de quantas críticas surjam, partam de onde partirem.

O Brasil, nos últimos tempos, tem defendido princípios que o fazem respeitado no concerto das nações. Um país, sofrendo as maiores dificuldades econômicas, com questões sociais até agora não solucionadas, profundas e terríveis, com problemas de toda ordem a serem equacionados, tem procurado, como em Nova Délhi o fez, liderar países subdesenvolvidos, para que passem a participar das riquezas do mundo, não digo em igualdade de condições, mas em condições propícias ao seu desenvolvimento e à sua salvação e à sua libertação, no campo econômico, no campo social e no campo político.

Não demorei com o requerimento nas minhas mãos. Não demoro com as matérias que me são entregues para serem relatadas.

Repito: como oposicionista, seria muito interessante aceitar aquelas críticas que foram feitas ao Governo da Revolução, lançando inclusive a cizania entre os dois primeiros gover-

nos, o do Mal. Castello Branco e o do Mal. Costa e Silva. Não o fiz porque defendo princípios acima de tudo e, tendo o artigo sido publicado nos idos de 1967, a matéria já era obsoleta, ultrapassada. Não possuíamos nem eu, nem a Comissão dados para aferir da sua realidade presente, da sua oportunidade, e por isso mesmo pedimos o seu arquivamento, com o que, agora, concorda o próprio autor do requerimento.

Era só, Sr. Presidente, para esclarecimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Continua em discussão o requerimento, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Se não houver quem mais queira usar da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, para encaminhar a votação.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas rápidas palavras, para dizer que não fui contestado absolutamente nas considerações que teci. Fui o primeiro, como salientou o nobre Líder do MDB, a concordar com o arquivamento. O que frisei, e isso é incontestável — não mencionei S. Exa. porque a verdade é que recebeu o requerimento há cerca de 10 ou 15 dias atrás, — é a demora injustificável para mim, no exame da proposição para sobre ela se exarar o parecer. Poderia, inclusive, adotar esses argumentos agora alinhados pelo Senador Aurélio Vianna. Sim ou não, competiria a mim, defender a proposição no plenário, mas levar um ano, como levou em tramitação, para se dar o parecer, sobre assunto quase de rotina, não posso compreender. No encaminhamento da votação não posso contestar o Senador Aurélio Vianna, porque S. Exa., efetivamente, dentro do prazo razoável, emitiu o seu parecer. Mas que minha fala faça com que essa demora não ocorra mais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado e vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 3

Discussão, em 1.º turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 87, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, que cria medidas de estímulos à Educação, à Cultura e à Pesquisa, tendo

PARECER, sob n.º 26, de 1969, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela rejeição, por inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade.

Se não houver quem desejar discutir-lo, vou dar a discussão como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado e vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado, que vai ao arquivo.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 87, DE 1968**

Cria medidas de estímulos à educação, à cultura e à pesquisa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — As pessoas jurídicas poderão aplicar o desconto de 50% (cinquenta por cento), do Imposto de Renda que devam pagar, em investimentos de caráter educacional cultural, científico ou tecnológico, inclusive novos processos, fórmulas e técnicas de produção e administração.

Parágrafo único — Metade das importâncias, a que se refere este artigo, será, obrigatoriamente, aplicada em investimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste

(SUDENE) ou da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em setores educacionais.

Art. 2.º — Os investimentos a que se refere o artigo anterior deverão ser realizados através de entidade de direito público ou privado, de reconhecida capacidade e idoneidade moral, ou através de convênio com instituições nacionais ou estrangeiras, mediante prévia autorização de projeto pelo Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (FUNDEC), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 3.º — Para efeito desta Lei, incluem-se, entre as entidades de que trata o artigo anterior, as Universidades, as Fundações ou qualquer sociedade de caráter filantrópico, cultural, educacional, científico, tecnológico ou artístico, desde que:

- a) tenham personalidade jurídica;
- b) não distribuam lucros a qualquer título;
- c) apliquem integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos;
- d) suas receitas sejam aplicadas no País, não podendo ser transferidas para o exterior, a qualquer título, a não ser na aplicação de material importado, sem similar nacional;
- e) mantenham escrituração de suas receitas e despesas, em livros revestidos de formalidades legais, que assegurem a respectiva exatidão.

Art. 4.º — As importâncias referentes a desconto do Imposto de Renda, de que trata o art. 1.º, serão depositadas no Banco do Brasil S.A., em conta bloqueada, e sua liberação será processada mediante ato do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (FUNDEC).

Art. 5.º — As entidades de que trata esta Lei, na execução dos projetos aprovados, gozarão dos seguintes favores:

- a) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os produtos por eles diretamente produzidos ou importados, para seu próprio uso, e ainda,

que adquirirem no mercado interno;

- b) isenção do imposto sobre a renda, desde que prestem informações às repartições do Imposto de Renda e recolham os tributos retidos sobre os rendimentos por eles pagos;
- c) isenção do Imposto de Importação sobre o material que importarem, desde que não haja similar nacional.

Art. 6.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de noventa dias a partir de sua publicação.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos, o primeiro dos quais o nobre Senador Sigefredo Pacheco, a quem dou a palavra.

O SR. SIGEFREDO PACHECO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores: sirvo-me desta tribuna para fazer um apêlo, veemente apêlo a Sua Excelência o Presidente Médici. Apêlo feito em nome de centenas de milhares de brasileiros angustiados, e dirigido aos sentimentos de fraternidade e generosidade do povo gaúcho, representado hoje pelo eminente e honrado Presidente Garrastazu Médici, na Suprema Magistratura da Nação.

Sua Excelência, em seus pronunciamentos, se referiu vezes inúmeras à sua fidelidade ao Rio Grande do Sul, ao campo e aos brasileiros desamparados e desprotegidos, que são a maioria. Existem, pelo Brasil inteiro, milhares de instituições particulares, que complementam a ação governamental, no amparo aos estudantes, aos pobres, aos doentes, às parturientes e às crianças desamparadas. Trabalho silencioso, de dedicação e amor, feito por organizações religiosas e de civis de boa vontade. Há anos estas instituições recebem do Tesouro Nacional, através de dotações orçamentárias feitas pelos Congressistas, verbas ordinárias e extraordinárias: as primeiras para manutenção, e as úl-

timas para terminação de obras de ampliação das sedes, de Hospitais, Maternidades, Centros de Puericultura, Auditórios etc.

Um mínimo de despesas, para um máximo de realizações benéficas, feitas com a maior economia e honestidade. Mas, neste ano de 1969, já nos meados de novembro, Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda não liberou, não liberou recursos para pagamento das subvenções mencionadas. Por esta atitude de Sua Excelência fico a imaginar que no Orçamento decretado para 1970, estas benéficas dotações terão sido eliminadas. Permita Deus que me engane e que esta situação desoladora não se repita no ano que vem.

Longe de mim, Senhor Presidente Médici, o desejo de criticar. Nem ao menos tenho a honra e o prazer de conhecer Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda, o ilustre Doutor Delfim Netto. Ignoro, também, a sua bibliografia. Há três anos, vítima de um horrendo desastre automobilístico, tenho vivido das salas de operação para as longas imobilizações, com tração, nos leitos dos hospitais. Só agora, ainda que me arrastando e claudicando, tento voltar às minhas atividades, cumprindo meus deveres para com o Piauí e o Brasil. Não quero classificar de impiedosa a atitude do ilustre Ministro da Fazenda, preferindo admitir que Sua Excelência não tem consciência do que está acontecendo. Milhares de indigentes privados de assistência hospitalar; milhares de parturientes recusadas pelas maternidades sem recursos. São tantos os que morrem e ao mesmo tempo aumenta o número dos natimortos, por falta de assistência médica, no trabalho do parto, em que a mulher renova o milagre de perpetuação da espécie através do espaço e do tempo.

Quantas crianças morrendo neste Brasil, abandonadas, porque os postos de puericultura não têm mais medicamentos e leite para distribuírem aos filhos e às mães, durante o período de aleitamento.

É esta, Senhor Presidente da República, a dolorosa realidade, que o ilustre Ministro Delfim Netto parece ignorar. Não sei se Sua Excelência teve "berço esplêndido" ou nasceu de uma

família pobre, conquistando, com a maioria dos brasileiros, a brilhante posição que ocupa, prestando assinalados serviços à Pátria estremecida. Se assim foi, espero que o Doutor Delfim Netto tenha pena dos pobres e aja antes mesmo do Presidente Médici, depositário da bondade e da bravura do gaúcho, tomando a iniciativa de levar o minuano a refrescar tantos corações angustiados, de doentes, de parturientes, de criancinhas e de estudantes, estes prestes a perder o ano letivo, por falta de pagamento das anuidades escolares atrasadas. Em minha terra, Campo Maior, no Piauí, são seis as instituições meritórias que prestam os maiores benefícios aos necessitados: o Hospital São Vicente de Paula, a Maternidade Sigefredo Pacheco, a Sociedade de Pesquisa e Orientação Cultural, o Patronato Nossa Senhora de Lourdes, o Centro Operário e a Escola Primária Gratuita do Grêmio Recreativo.

O Hospital tende a fechar, se assim continuar, ou a atender somente aos que pagam ou aos filiados do INPS, deixando de atender aos indigentes, que são a grande maioria. Para agravar a situação, um desalmado do INPS o multou em NCr\$ 33.000,00.

A Maternidade, apenas com dois anos de funcionamento, atendeu, no ano passado, 1.600 parturientes e gestantes, registrando apenas 4 óbitos de parturientes e 3 natimortos. Já começou novas obras de ampliação, porque, sendo um nosocômio regional, suas instalações já se revelam insuficientes.

A Sociedade de Pesquisa e Orientação Cultural, além de uma ótima biblioteca, está construindo um auditório para o desenvolvimento da arte e da cultura locais, e cuida, sobretudo, do amparo aos estudantes pobres. São cerca de mil os já beneficiados. Concede bolsas de estudo, auxílios para alimentação, vestuário e passagens para os que estudam em outros Estados. Só em Escolas Agrotécnicas tem 21 bolsistas matriculados, já tendo formado mais de 30. Desde agosto suspendeu qualquer ajuda a estes rapazes que estão passando grandes dificuldades, por falta absoluta de recursos. Quatro estudantes que vieram para o Colégio Agrícola de Planaltina

e que a Diretoria recusou admitir inscrever para o exame de admissão, apesar de terem chegado no último dia do prazo, estão aqui passando fome, porque teimam em lutar por conquistar um lugar digno na comunidade brasileira.

Também em grandes dificuldades estão o Centro Operário e a Escola Primária Gratuita do Grêmio Recreativo. Citei o exemplo de minha cidade porque é o espelho refletindo o que está acontecendo em todo o Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, Excelentíssimo Senhor Presidente Médici.

Tenho por justificado o apêlo que faço a Vossa Excelência e com êle concordam, naturalmente, os ilustres titulares dos Ministérios da Educação e Cultura, Saúde e Justiça, órgãos através dos quais são as referidas verbas distribuídas.

As dificuldades do Brasil e suas atribulações são, sobretudo, por falta de amor à nossa Pátria e à nossa gente.

Esta demonstração de amor é que estou pedindo a Vossa Excelência, Senhor Presidente Médici. Determine Vossa Excelência a liberação das verbas, tão pouco para tão grandes benefícios, que preces se elevarão de tantos corações agradecidos, pedindo a Deus que o ajude, que o ampare, nessa missão quase Divina de dar ao Brasil Paz, Entendimento, Progresso e Democracia.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na minha quase longa carreira parlamentar, sempre assinaei os acontecimentos marcantes na Marinha Brasileira. Já disse uma vez — e não será demasiado repetir — que há uma ligação sentimental, um compromisso, de certo modo, moral, em tratar dos assuntos que dizem respeito à Armada brasileira.

Fi-lo recentemente, ao declarar os favores que devo a um homem — símbolo da nossa Marinha de Guerra, o saudoso Almirante Ary Parreiras, meu

padrinho e a quem devo o imenso e inesquecível favor de ter feito o curso ginásial, no meu Estado, às expensas da pecúnia particular do grande marinheiro, que acolheu não somente a mim, mas a outros jovens de então. E ali, naquele convívio da sua casa, em Niterói, ouvi fatos relativos à Marinha de Guerra, e tudo isso, Sr. Presidente, terá gravado profundamente no meu subconsciente.

Estudando a história do meu Estado, que deu, entre outras, a figura excelsa do Almirante Saldanha da Gama, mal suponha eu que, um dia, pudesse chegar ao Parlamento, e, em diferentes oportunidades, exaltar os feitos da nossa Marinha. Na Câmara Federal, ainda no antigo Palácio Tiradentes, mantive acesos debates com colegas que criticavam, acerbamente, algumas medidas de modernização da nossa Marinha. E, talvez, das difíceis lutas travadas, a mais difícil foi justamente a da aquisição do porta-aviões "Minas Gerais".

Fui, Sr. Presidente, e, confesso, com muito agrado, uma espécie de ligação entre aqueles jovens oficiais da nossa Armada, que desejavam que a Marinha tivesse o barco-aeródromo não apenas para treinamento mas, também, para a defesa do Atlântico Sul, já tão exposto, naquela época em que o "Minas Gerais" era reclamado pelo Estado-Maior da nossa Marinha.

Depois, bem me recordo do problema criado com a instalação da Base Aero-Naval de São Pedro da Aldeia, no meu Estado. E a primeira verba foi consignada no Orçamento por mim, e, com recursos do Fundo Naval, se pôde ali realizar aquele empreendimento, que não serve exclusivamente à Marinha, mas que tem prestado relevantes serviços, tanto à viação militar, quanto à viação comercial.

Não fôra tudo isso e ainda a circunstância de, no meu Estado, encontrar-se situado o Colégio Naval, de já gloriosas tradições, tudo isso faz com que não agora, mas de há longo tempo, eu venha sempre tendo uma palavra para os fatos que acontecem em nossa Armada.

É por isso que estou na tribuna, neste instante, para, a exemplo do que foi feito há pouco, relativamente ao

Ministro do Exército, ressaltar a oração patriótica, prudente e oportuna do Ministro Adalberto Nunes, ao reunir a oficialidade superior, os Almirantes, os oficiais em serviço na Guanabara, dando conta do plano sonhado por todos nós, brasileiros, de ver a nossa esquadra modernizada.

Há uma nota que eu destacaria, Sr. Presidente, que foi justamente a da emotividade com que o Ministro Adalberto Nunes pronunciou a sua oração. A Marinha tem qualquer coisa que empolga, é uma carreira que faz com que o amor daqueles que a servem se redobre, porque as dificuldades no mar, a história da Marinha, os exemplos, tudo isto faz com que aqueles que abraçam esta profissão sintam dela um verdadeiro orgulho, e o orgulho é um parente próximo da emoção. E quando um marinheiro, velho marinheiro no sentido da experiência do mar mas ainda jovem pela idade, chega ao posto máximo da sua carreira, que é justamente o de Ministro, e se vê diante de um quadro afetivo, de uma solidariedade naval que felizmente existe nesse ramo das nossas Forças Armadas, a Marinha, que passou por momentos os mais difíceis, alguns anos atrás, e que foi o alvo predileto da agitação, e que pôde vencê-la justamente pelo patriotismo dos nossos oficiais; essa Marinha traz esse sentido de confraternização, quero crer que, justamente por isto, o Ministro Adalberto Nunes não pôde conter a sua emoção. E, ao ler o seu pronunciamento teve de entregar, em seguida, a um outro oficial, o plano que êle mesmo esboçara de modernização da nossa esquadra. Modernizar a nossa esquadra, Sr. Presidente, significa aparelhar o Brasil para as difíceis missões que êle tem no mar.

Pouco depois do recesso, justamente na Semana da Marinha, ocupava eu êste mesmo microfone para alertar as nossas autoridades sobre problemas no Atlântico Sul. Anteriormente relatara a audaciosa invasão de um navio russo, o Kegostrov, que chegara ao cúmulo de desobedecer às ordens de parar as máquinas, emitida por uma das nossas belonaves, navio que havia sido detectado por um navio aeródromo, o "Minas Gerais", e que, apesar de aparelhado com o que exis-

ta de moderno, na época, em eletrônica, teve de ceder e foi comboiado até um pôrto onde o Itamarati — e hoje tratei do assunto — teve problemas com o nosso Ministério das Relações Exteriores, porque os nossos jovens diplomatas olham muito o direito internacional e os oficiais da marinha olham muito o direito nacional, a segurança da nossa Pátria.

Então houve esse problema e a esse tempo o Kegostrov foi desmascarado, a exemplo de outros navios ditos pesqueiros e que ficam fazendo levantamentos do nosso extenso litoral sem que tenhamos — essa é uma verdade dura de dizer — patrulhas navais para colibir essas indesejáveis incursões.

Sr. Presidente, o discurso do Ministro Barros Nunes está aqui em meu poder. Desejo muito que êle fique constando dos nossos Anais, como uma peça positivadora da responsabilidade com que o Almirante encara a responsabilidade que tem pela frente. Essa responsabilidade, se é imensa, precisa do apoio não só do Governo mas também da opinião pública brasileira.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Fui amigo do Almirante Adalberto Nunes, pai do atual Ministro, que me distinguiu com sua amizade, com o seu apreço, e com sua estima. Muitas vezes tenho conversado com o irmão do atual Ministro, e rememorado a maneira carinhosa com que sempre fui tratado — eu, um modesto nordestino da Paraíba — por aquêlo oficial de alta patente da Armada. De sorte que, no momento em que seu filho, hoje Almirante também, é exaltado por V. Exa., da tribuna, e cuja vida venho também acompanhando, não tenho com êle as mesmas relações que tive com o seu saudoso pai, meu velho amigo Almirante Adalberto Nunes. Quero dar a V. Exa. meus aplausos e considerar louvável a atitude de V. Exa. Creio que servirão de incentivo ao Ministro da Marinha os aplausos do Senado, através da palavra de V. Exa.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — Honra-me sobremaneira a interven-

ção de V. Exa. porque eu pertencço ao Partido situacionista e, se teço essas considerações, agora me rejubilo porque V. Exa. é um elemento do Movimento Democrático Brasileiro.

Aproveito o seu aparte para dizer que na Marinha não se cuida da política. A política da Marinha é a do desenvolvimento naval. Ali só se olha o Brasil, V. Exa. dá justamente a dimensão do seu caráter, da compreensão que tem para com êsses problemas com a sua intervenção. Não é a primeira vez que, ao abordar êsses assuntos da nossa Armada, V. Exa. comparece com o seu aparte e dá o seu apoio. Justamente o Ministro Barros Nunes deseja a união de todo o povo brasileiro em tôrno dos interesses da Marinha, porque Marinha é Brasil.

O Sr. Ruy Carneiro — Faço votos sinceros para que S. Exa. dirija o Ministério da Marinha com o mesmo brilho com que o seu pai o fez em todos os comandos que exerceu na Marinha de Guerra do Brasil, no curso de sua existência.

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — E V. Exa. pode estar certo de que isto ocorrerá. A tradição marinheira da família Barros Nunes responderá pela perspectiva que V. Exa. anuncia. O êxito já se anuncia através da reunião em que o Ministro Barros Nunes delineou a programática desenvolvimentista de nossa Marinha de Guerra.

Em alguns trechos o Ministro é muito positivo é, num dêles, diz o seguinte:

(Lê.)

“O poder marítimo do amanhã também aqui está representado pelos jovens do nosso Colégio Naval, Escola de Marinha Mercante e Escola Naval, laboratórios onde se modelam, dentro da tradição marinheira, aquêles a quem competirá o prosseguimento de nossa missão.”

Na oportunidade também estavam presentes oficiais da Aeronáutica e do Exército. E o sentido de congraçamento foi igualmente salientado pelo titular da nossa Armada.

Conclui S. Exa. em outro trecho: (Lê.)

“Êste é também um momento de união. União espiritual, de von-

tade que se apresenta como um requisito fundamental, pois somente será possível autenticidade e coerência em nôsso trabalho, continuidade em nôsso programas e garantia de que iremos possivelmente obter resultados válidos.”

Em seguida apresentou o Ministro o programa, lido pelo Capitão-de-Fragata Evaldo Freitas, oficial de gabinete de S. Exa.

Sr. Presidente, peço que o discurso e o programa acompanhem minha fala, documentos que têm o escopo de ressaltar momento muito feliz, vivido pela nossa Marinha de Guerra, como fala de esperança...

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. VASCONCELOS TÓRRES — Com prazer!

O Sr. Eurico Rezende — Antes de encerrar o seu pronunciamento, quero consignar, no seu discurso, a certeza de que representou o pensamento unânime da Aliança Renovadora Nacional. Pessoalmente, também, e principalmente como capixaba, coloco nas suas considerações a idéia das minhas emoções com relação à homenagem que V. Exa. presta à nossa Marinha de Guerra. Em três ângulos a presença do Espírito Santo se debruça na prestação de bons serviços no campo que V. Exa. focaliza. Espiritualmente, o caboclo Bernardo, figura legendaria da História do Brasil, incorporou-se à nossa Marinha de Guerra mercê do marcante episódio do naufrágio do “Imperial Marinheiro”, ali nas cercanias de Regência, do meu Estado, quando um nativo do Espírito Santo, de sacrificio em sacrificio, de perigo em perigo, promoveu o salvamento e o resgate de vários naufragos daquela tragédia. No curso da História verificamos, também, o recrutamento de muitos capixabas que, no passado, dentro da Marinha de Guerra, nos ajudaram na defesa do nosso território, do nosso esforço bélico e, finalmente, para falar na atualidade, temos a Escola de Aprendiz de Marinheiro, estabelecimento modelar no meu Estado, criada e em funcionamento há vários anos e que teve como último Comandante, o Comandante Evaldo Freire — parece-me o

mesmo que V. Exa. cita na oportunidade da leitura do discurso...

O SR. VASCONCELOS TÔRRES —

Posso confirmar a V. Exa. que se trata justamente desse Comandante.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Exa. que conheço esse Oficial, é um dos homens mais cultos das Forças Armadas com quem tenho convivido até hoje. Além de seu adestramento técnico que deve ser aplaudido, isso se aufer e confere pela sua brilhante fôlha de serviços, é homem de espírito iluminado, de uma cultura aplaudida, de uma intelectualidade fascinante, traduzida em conferências, em aulas, em artigos realmente impressionantes. Então, quer pelos fatos do passado, quer por uma auspiciosa realidade do presente, traduzida na Escola de Aprendizes de Marinheiro, é justo que o Espírito Santo penetre também na orquestração das suas homenagens, no instante em que suas palavras são de exaltação à nossa gloriosa e simpática Marinha de Guerra.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES —

Muito obrigado.

Realmente, o Oficial a que me refiro é aquele seu amigo que, embora jovem, se destacou pela sua competência profissional, pelo seu dinamismo. Tanto assim que lhe coube a tarefa honrosa de proceder à leitura do plano do Ministro Adalberto Nunes, e que outro não é senão a continuação, poderia dizer, do programa daquele que recentemente deixou a Pasta para ocupar a Vice-Presidência da República e que realizou a tarefa meritória do *congraçamento naval*, de colocar a Marinha acima de tudo, conseguindo, inclusive, aquilo que parecia muito difícil: fazer com que os estaleiros nacionais recebessem encomendas para construção dos primeiros barcos legitimamente brasileiros, desenhados pelos nossos engenheiros navais discípulos de Régis Bittencourt, aquele que, tempos atrás, mostrava ao mundo, em hora de dificuldades, que o Brasil podia construir os seus "destroyers", os seus caça-minas, os seus varredores, enfim, as suas belonaves.

O Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, da Marinha, num dos momentos mais difíceis — e V. Exa. o dizia há pouco — acompanhou, de perto, aqui em Brasília, as

dificuldades da Marinha para levar a cabo essa tarefa de renovação. Hoje, essa continuidade encontra no Almirante Adalberto Nunes aquilo de que, justamente, a Marinha estava precisando: não sofrer interrupção com as mudanças de Ministro, cada um imprimindo feitiço pessoal à política administrativa. Acabou isto e, agora, é a política da Marinha que vai à frente e já com resultados positivos.

Mas, se V. Exa., meu prezado colega Senador Eurico Rezende, fala no Espírito Santo e, em particular, na Escola de Aprendizes de Marinha, eu poderia dizer aqui, encerrando as minhas considerações, que a Marinha está presente em todo o Brasil.

Na Amazônia, Sr. Presidente, lá está o Comando Naval. A assistência prestada às populações ribeirinhas pelas nossas corvetas, médicos e dentistas, inclusive através de alimentação em determinados momentos, em Mato Grosso, Ladário e também no extremo Sul e no extremo Norte, onde quer que haja Brasil. Aqui mesmo em Brasília, também. Nunca será demais repetir que, em Brasília, se deu fato muito importante, no dia de sua inauguração, com a marcha do Corpo de Fuzileiros Navais. Este realizou verdadeira epopéia que repercutiu em todo o mundo. O pelotão veio a pé do Ministério da Marinha, no Rio de Janeiro, até aqui. Foi o ponto alto da inauguração da Capital. E aqui está o Comando Naval. Aqui está a política de se criarem as hidrovias. Tudo isto com a presença marcante da Marinha, realmente um dos fatores da unidade nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. interrompê-lo novamente? (*Assentimento do orador.*) — No que concerne a Brasília, devemos ressaltar uma obra importantíssima realizada, não só pela Marinha, mas pelas Forças Armadas, de modo genérico. Quando — no dorso de um generoso equívoco popular — vim para Brasília, a Capital tinha aquela sensação de interinidade. Havia muita gente habituada com a preguiçosa contemplação atlântica e que não aceitava a transferência da Capital, pregando, mesmo, o retorno. Essa sensação de interinidade da nova Capital durou

até 1964. Então, tivemos aqui o conjunto enorme de obras realizadas pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. Estabelecimentos militares e blocos residenciais. Verificamos, assim, que essas três Armas concorreram, decisivamente, para a consolidação de Brasília. Esse reconhecimento devemos tributar, sempre e sempre, às nossas Forças Armadas que, de um lado, acabaram com aquela campanha como que licenciosa, criminosa, impatriótica de retorno da Capital e, de outro lado, através da diversificação de obras funcionais, prédios funcionais e residenciais, concorreram para a estabilidade psicológica e material da nova Capital.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES —

Muito obrigado.

Sr. Presidente, as congratulações que estou enviando ao Ministro Adalberto Nunes, pelo oportuno discurso que fez no Ministério da Marinha, agora, são sublinhadas pelas considerações do meu ilustre aparteante. Eu me prolongaria dizendo que, além do lado da interiorização em que a Marinha tomou parte saliente, há, também, outro lado a considerar, que é o da formação dos oficiais da nossa Marinha Mercante, a Escola da Marinha Mercante, hoje, uma verdadeira jóia engastada na Guanabara, preparando oficiais para a nossa Marinha de Guerra. Estes, em tempo de paz, singram os mares, levando o espírito da Marinha, pendor vocacional que marca a personalidade daquele a quem estamos homenageando por seu oportuno discurso.

Vou encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, todo o texto do discurso e o programa para que V. Exa. faça constar desta homenagem. Estou certo de que interpreto o pensamento de todo o Senado homenageando o militar que teve para mim um gesto que marca a personalidade de sua profissão ao se emocionar, emoção que só o marinheiro sabe sentir quando está no comando supremo dos seus colegas. Esse comando supremo está entregue a um marinheiro que segue, fielmente, as melhores tradições de Tamandaré e de Saldanha.

(*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VASCONCELOS TÔRRES EM SEU DISCURSO.

BARROS NUNES ANUNCIA A MODERNIZAÇÃO DA ARMADA

O Ministro Adalberto de Barros Nunes, em reunião ontem, no salão nobre do Ministério da Marinha, com a presença de todo o almirantado, dos Ministros do Exército e da Aeronáutica, e militares das três Armas, anunciou a dinamização de seu Ministério, afirmando que ampliará as atividades da Armada, modernizará a Esquadra e adquirirá novos navios e submarinos.

— “No conturbado mundo em que vivemos — disse em seu programa — estamos presenciando a ampliação do uso dos oceanos, quer como meio de comunicação e comércio, quer como fonte inesgotável de recursos, atividades essas que são indispensáveis à configuração de um poder nacional desenvolvido e respeitado.”

DISCURSO

Estiveram presentes os ex-Ministros da Marinha, Almirantes Paulo Bosisio, Araripe Macedo, Matoso Maia, Renato Guillobel e Sílvio Heck.

O Ministro Barros Nunes leu apenas as duas primeiras laudas de seu discurso, deixando ao Capitão-de-Fragata Evaldo Freitas, oficial de seu gabinete, a leitura do programa a ser cumprido.

Disse o Ministro: “Este é um momento de congraçamento, de união e de esperança. Vejo neste salão figuras ilustres da República, assim como representantes das mais diversas áreas de atividade da Marinha de Guerra. Vejo também colegas e chefes que muito deram de si para que o patrimônio naval seja o que é nos dias atuais. A seu lado estão os que no momento dirigem ou assessoram a formulação e execução dos planos e programas inerentes à participação da Marinha no atendimento das exigências nacionais.

A eles cabe a responsabilidade de manter esse patrimônio e empenhar-se ao máximo nesta arrancada para a afirmação brasileira como uma nação desenvolvida.

O poder marítimo do amanhã também aqui está representado pelos jo-

vens do nosso Colégio Naval, Escola de Marinha Mercante e Escola Naval, laboratórios onde se modelam, dentro da tradição marítima, aqueles a quem competirá o prosseguimento de nossa missão. Aqui estão também os companheiros do Exército e da Aeronáutica, dignos representantes de suas corporações e aos quais muito se deve o entendimento profícuo que existe entre as Forças Armadas Brasileiras.

Este é, pois, um momento de congraçamento. Reunimo-nos para reafirmar a harmonia existente entre o passado e o presente.

Reunimo-nos para testemunhar de público os nossos agradecimentos aos colegas aqui presentes, que nos antecederam, pelo muito que fizeram no trato dos problemas da administração naval.

Reunimo-nos para convocar os elementos que constituem o componente dinâmico da Marinha de Guerra, ao iniciar-se uma nova etapa de trabalho dentro do programa de Governo do Presidente Médici.

Este é também, um momento de união. União espiritual, de vontade que se apresenta como um requisito fundamental, pois somente será possível autenticidade e coerência em nosso trabalho, continuidade em nossos programas e garantia de que iremos possivelmente obter resultados válidos.

Pretendemos apresentar, nesta oportunidade, em traços gerais, a orientação de nosso programa de administração e o que nos propomos a realizar.”

PROGRAMA

O programa, lido pelo Capitão-de-Fragata Evaldo Freitas, oficial de gabinete do Ministro da Marinha, acrescenta:

Cumprimento do plano diretor dentro da filosofia do Governo do Presidente Médici, condição imprescindível para que a Marinha atinja seus propósitos.

Impulso natural para o mar a percorrer um número cada vez maior de milhas e prolongar e criar novas atividades de adestramento.

Atividade dinâmica no plano diretor, de todos os órgãos responsáveis pela administração naval. É necessário que cada chefe tenha sempre presente as possibilidades globais do orçamento da Marinha ao efetuar seu planejamento específico.

Um dos mais importantes e urgentes relaciona-se ao preparo dos oficiais na Escola de Guerra Naval. É imprescindível que, sem prejudicar normas de cursos, haja um maior número de oficiais matriculados na Escola, mesmo que com prejuízo de outras áreas da Administração.

Necessário também o exame cuidadoso de aprimoramento do funcionalismo civil, procurando facultar-lhe oportunidade e meios para uma ampliação de seu preparo profissional e de suas qualificações técnicas. Também os militares subalternos serão aproveitados com a expansão da Casa do Marinheiro, que irá para vários locais do território nacional.

Nossa Esquadra tem que ser modernizada e essa modernização resolve um programa a curto prazo e um programa a longo prazo. Resolvido o problema de construção dos submarinos e navios varredores no estrangeiro, assim como de navios de diversos tipos no Arsenal de Marinha, ingressamos agora na etapa seguinte, pretendendo em 1970 iniciar a construção de fragatas para substituir nossos contratorpedeiros, já no fim de sua vida útil.

Necessário se torna porém que haja um maior entendimento e interesse por parte da indústria de construção naval nacional para sua participação efetiva no soerguimento de nosso poder naval.

A propósito da investidura do Almirante Adalberto de Barros Nunes no Ministério da Marinha, declarou o ex-Ministro Sílvio Heck:

“Confirmo que é a segunda vez, depois dos eventos de 1964, que compareço à Marinha a fim de com este gesto público realçar meu contentamento com ato inspirado do atual Presidente da República ao escolher, para titular da Pasta da Marinha meu caro amigo, Almirante Adalberto de Barros Nunes. Não é preciso ser muito arguto para compreender que hoje

na Marinha se estabeleceu um marco divisório, isto é, minha presença indica que a Corporação sepultará a fase sombria das injustiças clamorosas, passando a ser um dos ramos do Poder Militar através do qual o Presidente da República está seguro na lealdade completa para realizar seu programa em prol dos interesses altos do povo brasileiro.

Onde quer que existam, na Marinha, existem e não são poucos, amigos de Sylvio Heck, entre oficiais graduados, praças, marinheiros, fuzileiros, pessoal civil, gente honrada que acompanha nossa luta em favor da emancipação econômica do Brasil e da integração dos nacionais nos autênticos ideais cristãos, minha palavra de ordem é recomendar decidido apoio ao Ministro Adalberto de Barros Nunes. Aproveito o ensejo para dizer aos amigos fiéis, civis e militares, que posso garantir que na Marinha, hoje, ocupa seu mais alto posto um militar capaz e leal, que é sensível à nossa pregação de ver unidos o civil e o militar em prol da grandeza e da altivez do Brasil, nem se falando da completa integração com o Exército, a Aeronáutica e as valorosas Forças Auxiliares."

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, anunciando para a ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO N.º 43, DE 1969

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 43, de 1969, de autoria do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Doutor Raphael de Barros Monteiro, no dia 29 de outubro de 1969, em homenagem ao ex-Presidente Washington Luiz Pereira de Souza, pelo transcurso do centenário do nascimento do saudoso estadista.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 109, DE 1968

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1968, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que acrescenta inciso ao art. 2.º da Lei Delegada n.º 10, de 11 de outubro de 1962, que cria a Supe-

rintendência do Desenvolvimento da Pesca, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 40, 41 e 42, de 1969, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Agricultura, pela aprovação; e

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação.

MATÉRIA A SER DECLARADA

PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara n.º 201, de 1968 (n.º 1.913-B/68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil, em 1970, tendo

PARECERES, sob n.ºs 36 e 37, de 1969, das Comissões

— de Projetos do Executivo, pelo arquivamento, em virtude de estar a matéria regulada no Decreto-Lei n.º 369, de 19-12-68; e

— de Finanças, contrário, por estar prejudicado.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

COLEÇÃO DE

DECRETOS-LEIS

(GOVÊRNO CASTELLO BRANCO)

E

LEGISLAÇÃO CORRELATA

N.os 1 A 318

(OBRA ELABORADA PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, COMPOSTA E IMPRESSA PELO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL)

(4 VOLUMES EM UM TOTAL DE 2.096 PÁGINAS)

PREÇO DA OBRA COMPLETA: { EM BROCHURA NCr\$ 40,00
ENCADERNADA NCr\$ 80,00

INTRODUÇÃO

O Ato Institucional n.º 2 (art. 30 e parágrafo único do art. 31) conferiu ao Presidente da República a faculdade de legislar mediante decretos-leis sobre matéria de segurança nacional, estando em pleno funcionamento o Congresso Nacional, ou, ainda, decretado o recesso parlamentar por ato complementar, em todas as matérias previstas na Constituição e na lei orgânica.

Baseado no primeiro destes dispositivos, o Presidente Castello Branco expediu o Decreto-Lei n.º 1, em 13 de novembro de 1965, instituindo o cruzeiro novo. A este seguiram-se outros, num conceito amplo de segurança nacional nem sempre aceito, especialmente pelos adversários do Governo. O Decreto-Lei n.º 19/66 originou grande celeuma, já que versava sobre matéria recém-deliberada pelo Congresso Nacional, contrariando a decisão do Legislativo, que rejeitara veto aposto pelo Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 3.500/66. À promulgação da parte vetada pelo Chefe da Nação e mantida pelo Congresso, seguiu-se a expedição do decreto-lei.

O recesso parlamentar decretado com o Ato Complementar n.º 23, de 20-10-66 a 22-11-66, possibilitou ao Presidente

da República legislar sobre todas as matérias previstas na Constituição. Assim é que, neste período, foram objeto de decretos-leis matérias versadas em projetos de lei enviados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e já em tramitação, como a criação do Instituto Nacional do Cinema, a reforma universitária etc., projetos estes que, levantando a opinião pública, vinham recebendo críticas e sugestões, não só dos parlamentares, mas das classes diretamente interessadas que se pronunciavam através de memoriais ao Legislativo.

O Ato Institucional n.º 4, convocando o Congresso Nacional para discutir e votar o projeto de Constituição de origem governamental, possibilitava ao Presidente da República baixar decretos-leis sobre segurança nacional e matéria financeira, e, ainda, sobre matéria administrativa, no período de recesso parlamentar.

A Constituição de 1967 faculta ao Presidente da República a expedição de decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas. Entretanto, esta faculdade é limitada aos casos de urgência ou de interesse público relevante e não

podendo acarretar aumento de despesa. Embora entrem em vigor na data de sua publicação, estes decretos-leis são sujeitos ao referendun do Congresso Nacional que os aprovará ou rejeitará integralmente, dentro de sessenta dias. Findo este prazo, sem deliberação, o texto é tido como aprovado.

Se os decretos-leis baixados pelo atual Governo são, de acôrdo com a Constituição em vigor, debatidos e votados pelo Congresso Nacional, logo após sua expedição, embora já vigentes, e, portanto, produzindo efeitos, os decretos-leis emanados com base nos Atos Revolucionários escaparam à apreciação do Poder Legislativo.

De 13 de novembro de 1965 a 14 de março de 1967, 319 (trezentos e dezenove) decretos-leis foram expedidos pelo Presidente Castello Branco, variando seu objeto desde a simples alteração do nome de uma escola a transformações substanciais na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, novo código do ar, nova redação do código de mineração, normas para a Reforma Administrativa, nova lei de segurança nacional etc.

Vários foram os dispositivos legais alterados ou revogados mediante decretos-leis, e as remissões a normas, por vezes antigas, são inúmeras. Visando à melhor compreensão dos 319 decretos-leis do Presidente Castello Branco, a **Diretoria de Informação Legislativa**, por determinação do Presidente do Senado Federal, Senador Auro Moura Andrade, elaborou o presente trabalho em que, a par dos textos integrais dos decretos-leis, transcreve tôda a legislação alterada ou simplesmente citada naqueles diplomas, assim como um ementário da legislação posterior correlata.

Foi o seguinte o

PLANO DE TRABALHO

1) LEGISLAÇÃO CITADA

Após o texto do decreto-lei é transcrita a legislação citada, compreendendo os dispositivos alterados, revogados ou simplesmente mencionados.

Na primeira coluna (entre parênteses): o artigo, parágrafo, inciso ou alínea do decreto-lei em que é citada a norma legal.

A seguir, a lei (decreto, decreto-lei ou dispositivo constitucional) citada (emenda e data de publicação).

Se a referência é feita a determinado artigo, este é transcrito.

Para melhor compreensão, são fornecidas em notas tôdas as normas a que são feitas remissões. Inúmeras vezes, foram necessárias **notas de notas**, num verdadeiro **encadeamento de legislação**, que só finda quando a matéria está suficientemente esclarecida.

Sempre que necessário, divulgamos também os textos de Resoluções ou Portarias citadas, como, por exemplo, a Portaria n.º 729/62, do Presidente da NOVACAP, a que se refere o Decreto-Lei n.º 274/67.

Evitamos transcrever dispositivos dos decretos-leis do Presidente Castello Branco, de vez que sua consulta pode ser feita facilmente nesta obra, parecendo-nos, portanto, dispensável repeti-los na legislação citada.

Em primeira leitura, as notas parecerão falhas, já que, algumas vezes, não seguem rigorosamente a ordem numérica. A alteração na seqüência das notas foi necessária na *composição gráfica*, que, para facilitar a consulta, colocou, sempre que possível, as notas nos rodapés das páginas em que são feitas as citações. Os tipos usados na impressão distinguem com exatidão as citações e remissões.

2) LEGISLAÇÃO POSTERIOR

Compreende as alterações e regulamentações dos decretos-leis, assim como as remissões que lhes são feitas, em legislação emanada após sua expedição.

Na primeira coluna: a lei, decreto — ou decreto-lei (número e data de publicação) posterior ao decreto-lei e que a êle se refere.

Na segunda coluna: é explicitado se se trata de alteração, regulamentação ou simples citação.

Quando apenas um dispositivo da lei posterior se refere ao decreto-lei, é determinado qual o artigo em que é feita a remissão.

Da mesma forma, se apenas um (ou mais) dispositivo do decreto-lei é alterado, regulamentado ou referido, este dispositivo é determinado.

Pedidos ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1503

Brasília, D F

Nota: Todos os pedidos devem vir acompanhados de cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal, pagáveis em Brasília, a favor do Serviço Gráfico do Senado Federal.

ASSINATURAS DO

Diário do Congresso

(SEÇÃO II)

Devem ser solicitadas, diretamente, ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1503

Brasília, DF

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

VIA SUPERFÍCIE:

semestre — NCr\$ 20,00

ano — NCr\$ 40,00

VIA AÉREA:

semestre — NCr\$ 40,00

ano — NCr\$ 80,00

ATOS E DECRETOS-LEIS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 a 4

ATOS COMPLEMENTARES DE 1 a 37

DECRETOS-LEIS N.ºs 319 a 347 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

1.º volume contendo 266 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATO INSTITUCIONAL N.º 5

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 a 40

DECRETOS-LEIS N.ºs 348 a 409 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

2.º volume contendo 312 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 e 7

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 a 50

DECRETOS-LEIS N.ºs 410 a 480 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

3.º volume contendo 302 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 e 9

ATO COMPLEMENTAR N.º 51

DECRETOS-LEIS N.ºs 481 a 563 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

4.º volume contendo 488 páginas — preço: NCr\$ 15,00

NOTA: Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Podéres, Cx. Postal n.º 1.503 — Brasília — DF.

POSTOS DE VENDAS DESTAS PUBLICAÇÕES:

EM BRASÍLIA

LIVRARIA ELDORADO BRASÍLIA LTDA.

— SQS 305, lojas 12 e 13 — Telefone: 42-0605
 — SQS 108, lojas 4 e 5 — Telefone: 42-4479
 — Edifício Jockey Club — loja 1
 — Caixa Postal n.º 2.153 — Atendem-se pedidos pelo Reembólso Postal.

LOJA DO LIVRO LTDA.

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

— SQS 103, loja 6 — bloco C — Telefone: 42-9888
 — SQS 309, lojas 3 e 4 — Telefone: 42-8596

EM SÃO PAULO

LIVRARIA SARAIVA LTDA.

CIA. EDITORA FORENSE

LIVRARIA JURÍDICA JOSÉ BUSHATSKY

— Rua José Bonifácio, 203 ZP 2
 — (Livraria Forense) Largo São Francisco, 20
 — Rua Riachuelo, 201 — 5.º andar

NO RIO DE JANEIRO

LIVRARIA FORENSE LTDA.

LIVRARIA SÃO JOSÉ

LIVRARIA DO SAGUÃO DO MINISTÉRIO DO

TRABALHO

— Avenida Erasmo Braga, 299
 — Rua São José, 38

— Avenida Presidente Antônio Carlos, 251

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os **ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967**, obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal** compreendem 8 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1946 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME — Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Aduacto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo; críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966. — Preço: NCr\$ 6,00.

2.º VOLUME — Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice-Geral. — Preço: NCr\$ 5,00.

3.º VOLUME — Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67. — Preço: NCr\$ 5,00.

4.º VOLUME — Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição. (No prelo.)

5.º VOLUME — Comissão Mista

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas. (Em revisão pelos Srs. Membros da Comissão Mista.)

6.º VOLUME — Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4º volume da obra, com indicação das páginas. (Em elaboração.)

7.º VOLUME — Quadro comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas (artigo por artigo.) (Em elaboração.)

8.º VOLUME — Índice-Geral dos Anais da Constituição de 1967

REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

<p>1.º vol.: Súmulas de 1 a 20 — com 293 páginas</p> <p>2.º vol.: Súmulas de 21 a 35 — com 316 páginas</p> <p>3.º vol.: Súmulas de 36 a 52 — com 281 páginas</p> <p>4.º vol.: Súmulas de 53 a 76 — com 274 páginas</p> <p>5.º vol.: Súmulas de 77 a 91 — com 295 páginas</p> <p>6.º vol.: Súmulas de 92 a 115 — com 299 páginas</p> <p>7.º vol.: Súmulas de 116 a 126 — com 304 páginas</p> <p>8.º vol.: Súmulas de 127 a 144 — com 313 páginas</p> <p>9.º vol.: Súmulas de 145 a 166 — com 329 páginas</p>	<p>10.º vol.: Súmulas de 167 a 200 — com 333 páginas</p> <p>11.º vol.: Súmulas de 201 a 227 — com 334 páginas</p> <p>12.º vol.: Súmulas de 228 a 249 — com 332 páginas</p> <p>13.º vol.: Súmulas de 250 a 274 — com 343 páginas</p> <p>14.º vol.: Súmulas de 275 a 293 — com 378 páginas</p> <p>15.º vol.: Súmulas de 294 a 311 — com 265 páginas</p> <p>16.º vol.: Súmulas de 312 a 329 — com 298 páginas</p> <p>17.º vol.: Súmulas de 330 a 348 — com 293 páginas</p> <p>18.º vol.: Súmulas de 349 a 377 — com 330 páginas</p> <p>19.º vol.: Súmulas de 378 a 394 — com 376 páginas</p>
---	---

PREÇO DE CADA VOLUME, QUE PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE: NCr\$ 20,00

NOTA: Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Podéres, Cx. Postal n.º 1.503 — Brasília — DF.

**POSTOS DE VENDAS DESTAS PUBLICAÇÕES:
EM BRASÍLIA:**

LIVRARIA ELDORADO BRASÍLIA LTDA.

- SQS 305, lojas 12 e 13 — Telefone: 42-0605
- SQS 108, lojas 4 e 5 — Telefone: 42-4479
- Edifício Jockey Club — loja 1
- Caixa Postal n.º 2.153 — Atendem-se pedidos pelo Reembolso Postal.

LOJA DO LIVRO LTDA.

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

- SQS 103, loja 6 — bloco C — Telefone: 42-9888
- SQS 309, lojas 3 e 4 — Telefone: 42-8596

EM SÃO PAULO

LIVRARIA SARAIVA LTDA.

CIA. EDITORA FORENSE

LIVRARIA JURÍDICA JOSÉ BUSHATSKY

- Rua José Bonifácio, 203 ZP 2
- (Livraria Forense) Largo São Francisco, 20
- Rua Riachuelo, 201 — 5.º andar

NO RIO DE JANEIRO

LIVRARIA FORENSE LTDA.

LIVRARIA SÃO JOSÉ

LIVRARIA DO SAGUÃO DO MINISTÉRIO DO
TRABALHO

- Avenida Erasmo Braga, 299
- Rua São José, 38
- Avenida Presidente Antônio Carlos, 251